

Um outro mundo é possível, sim!

A gente quer outra saída.

Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região se alia a entidades parceiras para uma das atuações mais marcantes do Fórum Social Brasileiro, que reuniu, em Belo Horizonte, de 6 a 9 de novembro, dezenas de milhares de pessoas de todo o Brasil e de outros países. A reflexão sobre as diferentes formas de privação de liberdade adotadas pela sociedade moderna foi a tônica das diversas atividades promovidas pelo CRP-04.



Páginas 8 e 9



Fotos: Magda Santiago

V CNP

Já está adiantado o processo para o V Congresso Nacional de Psicologia, que será realizado, em Brasília, de 17 a 20 de junho de 2004, com o tema O Protagonismo Social da Psicologia - As Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais.

Página 16

Protagonismo Social

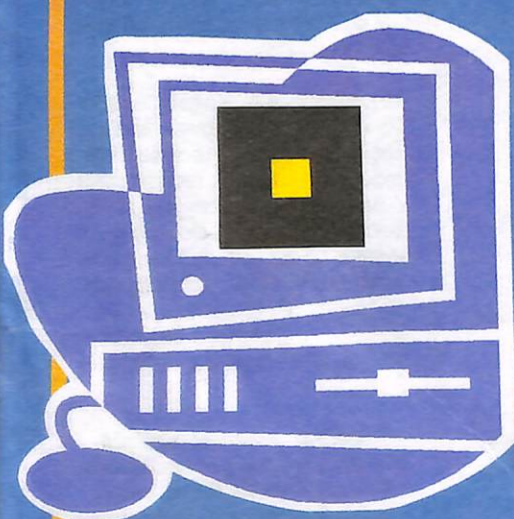
Banco Social de Serviços em Psicologia já é uma realidade e abre novas perspectivas para a atuação dos psicólogos, como agentes da transformação social.

Páginas 14 e 15

CRP-04 na Rede!

Já está pronto o site do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região. Confira!

www.conselhodepsicologiamg.org.br



CRP-04

Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG/ES)

Sede: R. Timbiras, 1.532, 6º andar - Lourdes - CEP: 30140-061 - Belo Horizonte - MG.
Telefax: (31) 3213 - 6767
e-mail: crp04@crp04.org.br
site:
www.conselhodepsicologiamg.org.br

Seção Espírito Santo: R. Ferreira Coelho, 330, salas 805/806/807. Ed. Eldorado Center - Praia do Suá - Vitória/ES - CEP: 29055-280
Tel.: (27) 3324 - 2806

ESCRITÓRIOS SETORIAIS EM MG

• Triângulo Mineiro (ESTM)

Escritório de Uberaba
Conselheira: Maria José Vilela Lamounier
R. Alaor Prata, 23, sala 605 - Ed. Os Bandeirantes - Centro - Uberaba/MG
CEP: 38010-050
Tel.: (34) 3312 - 5694

Escritório de Uberlândia

Conselheira: Maria José Vilela Lamounier
R. Floriano Peixoto, 615, sala 404 - Centro
Uberlândia/MG - CEP: 38406-046
Tel.: (34) 3235-6765

• Região Sudeste (EZM)

Conselheiros: José de Almeida Guedes e Lúcia Helena Schimidt
Av. Barão do Rio Branco, 2.001 - salas 1307/1308 - Centro
Juiz de Fora/MG - CEP: 36016-311
Tel.: (32) 3215-9014

• Sul de Minas (ESM)

Conselheira: Sandra Maria Garcia de Aquino
R. Comendador José Garcia, 27, sala 904 - Centro
Pouso Alegre/MG - CEP: 37550-000
Tel.: (35) 3423-8232

X PLENÁRIO

Alexandre Farah Gieseke, Célia Mesquita, Daisy Fátima Xavier de Souza, Dannusa Gomes Prates, Humberto Cota Verona, Jairo Tadeu Guerra, José de Almeida Guedes, José Ribeiro de Moura, Júnia Maria Campos Lara, Lourdes da Silva Barbosa, Lúcia Helena Schimidt, Lúcia Luzi Aquino Ferreira de Freitas, Luciana Maria Silva Franco, Maria José Lamounier, Marta Elizabete de Souza, Milton dos Santos Bicalho, Paula Ângela de Figueiredo e Paula, Paulina Horta Liza, Paulo Sérgio dos Prazeres, Paulo Roberto Borges Cecarelli, Renato Luz, Rita de Cássia Vieira, Roberto da Silva Sales, Roberto Chateaubriand Domingues, Samyra Assad, Sandra Maria Garcia de Aquino

DIRETORIA

Marta Elizabete de Souza - Presidente
Paulo Sérgio dos Prazeres - Vice-Presidente
Humberto da Cota Verona - Tesoureiro
Paulina Horta Liza - Secretária

Jornal do Psicólogo
Informativo do Conselho Regional de Psicologia - CRP-04

Coordenação Editorial

Daisy Fátima Xavier de Souza, Lúcia Aquino, Rita de Cássia Vieira e Aloisio Lopes

Produção jornalística e edição
Eficaz Comunicação & Marketing -
(31) 3274 6122

Projeto gráfico e diagramação:
Vander V. C. (31) 3471-0215

Jornalistas Responsáveis
Adriana do Carmo - MTB 5.514
Valéria Rodrigues - MTB 3.516
Vera Lima - MTB 4.971

Impressão: Fumarç
Tiragem: 16 mil exemplares

Muitas realizações

Amigo (a) Psicólogo (a),

Final de ano é sempre um momento propício para fazermos um balanço de nossa caminhada e percebermos o que conseguimos plantar e colher. De nossa parte, temos a grata satisfação de constatar que trilhamos muitos caminhos, avançamos em questões importantes, apesar de reconhecermos que ainda há, evidentemente, muito o que fazer. Afinal, os desafios são amplos e variados.

Ainda assim, podemos afirmar que o Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região encerra a gestão de 2003 com muitas ações realizadas, tanto no âmbito institucional, como no político, tendo sempre em vista a defesa dos interesses da categoria e da sociedade. Percorremos dezenas de municípios, organizando ou apoiando seminários e eventos e debatendo com colegas, da capital e do interior, temas atuais e relevantes.

Dentre as várias ações, destacamos, por exemplo, o apoio do Conselho na realização do I Encontro de Serviços de Saúde Mental Substitutivos ao Hospital Psiquiátrico de Minas Gerais, realizado em Congonhas, no final de março, em parceria com o poder público e o Movimento da Luta Antimanicomial. Também participamos da organização do I Encontro Regional de Saúde Mental, em Montes Claros, no Norte de Minas, com a presença de cerca de 300 pessoas e mais de 50 psicólogos.

O CRP-04 organizou, ainda, em parceria com o Fórum Mineiro de Saúde Mental, o I Encontro Metropolitano de Familiares da Luta Antimanicomial, em Belo Horizonte, que contou com a presença de representantes de nove municípios da Região Metropolitana. E, junto com a ONG Loucos por Você, de Ipatinga, promovemos o III Encontro Estadual de Familiares da Luta Antimanicomial do Estado de Minas Gerais. Já em Uberlândia, fizemos gestões políticas

junto à Prefeitura Municipal, para que fosse construído o plano de cargos, salários e carreira da categoria.

Outra ação de extrema importância foi a nossa participação na campanha do Ato Médico. De forma determinada, nos unimos a outros conselhos profissionais da área da saúde, em oposição ao Projeto de Lei 05/2002. Foram editados pelo coletivo dos conselhos de várias categorias 75 mil jornais e realizados vários debates em diversas cidades do interior.

Não poderíamos deixar de citar a participação efetiva do CRP-04 no Fórum Nacional de Ética, entre os dias 7 e 9 de novembro, em Brasília, quando foram apresentadas mais de 300 teses para a atualização do Código de Ética Profissional dos Psicólogos. O encontro nacional foi precedido de 16 pré-fóruns em Minas Gerais e Espírito Santo e pelo Pré-Fórum de Ética Regional, com o envolvimento de dezenas de municípios, para que os profissionais pudessem elaborar suas teses e escolher os delegados.

Também no mês de novembro, enviamos à capital federal uma delegação de 40 psicólogos para o Seminário Nacional de Direitos Humanos, cujo tema central foi "Educação Inclusiva".

Mas não foi só. Juntamente com os movimentos sociais e sindicais, participamos de forma efetiva do I Fórum Social Brasileiro, realizado de 6 a 9 de novembro, na capital mineira. Estivemos à frente do seminário "Por um outro mundo é possível: grades a romper", que teve como tônica a reflexão sobre todas as formas de encarceramento.

Foram muitas, também, as ações no âmbito interno do Conselho, como a realização, em Belo Horizonte, do seminário "Intervenção do Psicólogo na Saúde do Trabalhador", organizado pela Comissão de Psicologia do Trabalho e Organizacional, com a participação de mais de 650 pessoas. Iniciamos, ainda, a elaboração da Pesquisa do Título de

Especialistas, que se encontra em fase final de análise.

Medidas administrativas foram adotadas, visando modernizar a gestão do próprio Conselho, agilizando, assim, a prestação de serviços à categoria e à sociedade.

Importante destacar, ainda, o lançamento do Banco Social de Serviços em Psicologia, no dia 26 de agosto, objetivando fortalecer o compromisso social do psicólogo e da Psicologia com a sociedade brasileira.

Em outra frente, encontra-se em estágio avançado o processo de emancipação da Seção Espírito Santo, para se tornar um Conselho de Psicologia. O CRP-04 tem trabalhado junto ao Conselho Federal e junto aos psicólogos daquele Estado, na viabilização do desmembramento.

Como se vê, o Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região teve uma atuação ativa ao longo de 2003, junto à sociedade e aos psicólogos. Mas muito ainda pretendemos fazer em 2004 que, por sinal, será um ano extremamente importante, tendo em vista a realização do V CNP.

Chegando ao final de mais um ano, agradecemos a colaboração de todos: colegas, amigos, conselheiros, funcionários, colaboradores, prestadores de serviços, enfim, todos que nos apoiaram nesta caminhada. Deixamos aqui um convite para que cada um de vocês participe, de forma efetiva, das atividades do Conselho, em 2004. Temos crescido muito em números, mas nunca é o suficiente para realizarmos tudo aquilo que desejamos. Venha somar conosco. Sua participação, suas críticas e sugestões são muito importantes.

Nossos votos a todos de um feliz Natal e de um ano novo repleto de paz e realizações.

Marta Elizabete
Presidente do CRP-04

Em Assembléia Geral dos Psicólogos, realizada na sede do CRP 04, em 25 de setembro passado, foi deliberado o valor das anuidades para o ano de 2004, sendo adotada, ainda, nova sistemática de pagamentos que permite a concessão de descontos progressivos.

	Valor da anuidade	Fundo de Seção*	Total
Pessoa Física	192,00	3,00	195,00
Pessoa Jurídica	255,00	3,00	258,00

* Montante da anuidade reservado ao custeio das Seções Estaduais que funcionam como estrutura básica do Sistema Conselho nos Estados que não possuem Conselho Regional

Descontos

O profissional ou estabelecimento que efetuar o pagamento da anuidade em cota única até 31 de janeiro de 2004 terá 10% de desconto. O pagamento em cota única efetuado do dia 1º até 29 de fevereiro terá 5% de desconto. Confira na tabela abaixo:

	Até 31 de janeiro			De 1º a 29 de fevereiro		
	Desconto de 10%	Fundo de Seção	Valor total	Desconto de 5%	Fundo de Seção	Valor total
Pessoa física	172,80	3,00	175,80	182,40	3,00	185,40
Pessoa Jurídica	229,50	3,00	232,50	242,25	3,00	245,25

Parcelamento

O pagamento da anuidade poderá também ser parcelado em três vezes. Confira!

	1ª parcela			2ª parcela	3ª parcela
	Valor	Fundo de Seção	Total	Valor total	Valor Total
Pessoa Física	64,00	3,00	67,00	64,00	64,00
Pessoa Jurídica	85,00	3,00	88,00	85,00	85,00

Carnês - Visando facilitar ao psicólogo o planejamento do pagamento da anuidade 2004 e evitar transtornos de última hora, o Sistema Conselhos de Psicologia adotou uma sistemática de remessa antecipada dos carnês, que deverão chegar na primeira quinzena de dezembro de 2003. Em caso de não-recebimento ou dúvidas, entre em contato com o Centro de Arrecadação pelo telefone 3213-6767 - Ramal 205.

Seção Espírito Santo - Também na Assembléia Geral de 25 de setembro, foi autorizada a doação das salas hoje ocupadas pela Seção Espírito Santo ao futuro Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo, em constituição.

Orçamento - A Assembléia Geral de 25 de setembro aprovou, ainda, o Orçamento para o exercício 2004, incluindo previsão de recursos para o Banco Social de Serviços em Psicologia e para os dois principais eventos do ano: o V Congresso Nacional de Psicologia, incluindo suas atividades preparatórias, pré-congressos e o Congresso Regional; e para as eleições para o XI Plenário 2004/2007.

Psicólogo, a sua contribuição tem possibilitado a consolidação da Psicologia no Brasil, como uma profissão respeitada pela sociedade. Fique em dia com a Psicologia!

Elaboração do Novo Código de Ética chega à reta final

O Código entra em vigor em maio, após apreciação das propostas pela Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras

Mais de 300 teses para a atualização do Código de Ética Profissional dos Psicólogos foram propostas no 2º Fórum Nacional de Ética, realizado entre os dias 7 e 9 de novembro, em Brasília. A inclusão de um capítulo sobre a formação profissional, que não deixe margens para dúvidas sobre as relações entre supervisor e estagiário, e de outro que explicita com clareza condutas na realização de pesquisas com seres humanos faz parte das reivindicações da categoria, segundo a coordenadora técnica do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (CRP-04), Marília de Oliveira.

O novo Código também deverá incluir um capítulo para tratar da questão da criança e do adolescente. Para a presidente da Comissão de Ética e da Comissão de Psicologia do Esporte do CRP-04, Paula de Paula, houve muitos avanços na relação do psicólogo com a área jurídica.

Todas as propostas elaboradas, após a apreciação pela Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf) -

Sistema Conselho de Psicologia, em Brasília, farão parte do texto final que deverá ser aprovado em maio de 2004, com uma nova reunião da Assembléia. A partir dessa data, a categoria contará com um novo Código de Ética Profissional que possibilite uma nova reflexão, e não simplesmente se restrinja à determinação de regras impostas.

"Queremos publicar um Código mais reflexivo, onde o profissional possa se orientar melhor para prestar serviços à sociedade. Não basta ser punitivo. O Código de Ética não se prende apenas a linhas profissionais, é feito para o cidadão", afirma Marília de Oliveira.

Mudanças sociais forçaram reforma

O Código em vigor foi elaborado em 1987 e, de lá para cá, muitos aspectos mudaram na sociedade e, conseqüentemente, na forma de atuação do psicólogo, conforme explicam Paula de Paula e Marília de Oliveira. Voltados tradicionalmente para a área clínica, os profissionais passaram a trabalhar em programas de

atendimento a jovens, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e em projeto sociais, após a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).

Hoje, os psicólogos estão presentes, também, na área jurídica, assessorando juízes nas perícias do Juizado da Infância e do Adolescente. "Atuam nas comunidades carentes, nas questões de violência contra a mulher, na saúde pública e nos clubes esportivos", enumera Paula de Paula.

Marília de Oliveira e Paula de Paula citam, ainda, as mudanças de relações comportamentais, com o surgimento do Código do Consumidor, esfera onde o psicólogo também passou a atuar. "Abriram-se as portas dos consultórios e fomos para a rua. Temos outras formas de conviver com a comunidade, mas sem perder o sigilo e a ética", diz Marília.

Propostas foram construídas nos pré-fóruns

Diante dessas mudanças sociais, o IV

Congresso Nacional de Psicologia, realizado em Brasília, de 21 a 24 de junho de 2001, propôs o início da discussão para atualização do Código de Ética. A partir de março deste ano, foram realizados 16 pré-fóruns, pelo Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (CRP-04), a fim de que os profissionais elaborassem suas teses para um Código mais atual, o que aconteceu em todo o Brasil.

Das reuniões em todo o País, surgiram propostas, novos artigos e capítulos. E toda a discussão foi levada ao 2º Fórum Nacional de Ética, na capital federal, onde aproximadamente 45 delegados, eleitos nos fóruns regionais, apresentaram suas propostas. Segundo Marília de Oliveira, foram apreciadas 378 teses para a atualização do Código. "As idéias foram aprimoradas e outras agrupadas, pois muitos estados mandaram a mesma proposta. Teses foram juntadas e outras, excluídas, após aprovação dos delegados", detalhou. Agora, é esperar pela apreciação das propostas pela Apaf, em dezembro, e aprovação do texto final, em maio.

Comissão discute a democratização da mídia

Idealizada há cinco anos, no terceiro Congresso Nacional de Psicologia, foi criada recentemente a comissão *Psicologia, Mídia e Cidadania*, do CRP-04, com o objetivo de promover a discussão sobre a almejada democratização da comunicação no Brasil. O psicólogo Milton Bicalho, presidente da Comissão, avalia que "não existe democratização da sociedade, sem democratização dos meios de comunicação". E é com este pensamento que a Comissão está aberta a todos os profissionais da área que se interessarem em fazer parte dela.

A criação da Comissão se deve ao fato de que uma das grandes reflexões dos psicólogos, na atualidade, tem sido sobre a qualidade da programação da TV brasileira, com a compreensão de que, apesar da qualidade técnica e estética, os conteúdos sensacionalistas, erotistas ou indutores da violência são preocupantes.

Outro questionamento levantado pela Comissão é a concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil. "Até há pouco tempo, nove famílias controlavam a grande mídia no País, hoje são somente sete", diz Bicalho. Este oligopólio midiático que impede a democratização dos meios é o grande problema apontado pela Comissão. "O que vem sendo veiculado na mídia é a cultura das elites, em detrimento não necessariamente da cultura popular, mas de todas as culturas", aponta o psicólogo.

Lógica de mercado

Esta situação traz conseqüências sérias para a formação das pessoas. "Como a maioria da população tem acesso à televisão, a mídia tem papel decisivo na formação das crianças", acredita Bicalho. Segun-

do ele, o que prevalece nos meios de comunicação, atualmente, é o interesse de mercado, não havendo a preocupação em se divulgar outros valores e aspectos da sociedade. Outro fato notório é a disposição dos meios de comunicação em relegar os movimentos sociais. "Precisamos ser mais críticos e, por isso, estamos criando no Conselho Regional um espaço onde se discute a mídia, os meios e os efeitos na subjetividade", enfatiza.

O envolvimento do Sistema Conselho nesta discussão remonta à década de 80, com participação ativa no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, sendo que desde 2002, o Conselho Federal de Psicologia tem assento no Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso Nacional.

Teses sobre esta temática poderão ser elaboradas no evento preparatório de Belo Horizonte para os Congressos Regional e Nacional de Psicologia. "Várias entidades têm se mostrado preocupadas com a situação atual dos meios de comunicação", diz Milton Bicalho.

Têm se mobilizado em torno da discussão, por exemplo, os estudantes de Comunicação, o Sindicato dos Jornalistas, a Associação dos Professores Universitários e a ONG Tver de Minas Gerais, parceira da comissão *Psicologia, Mídia e Cidadania*.

Criada recentemente, a comissão Psicologia, Mídia e Cidadania discute a qualidade da TV e o oligopólio da comunicação vigente no País



JP₃

Outubro a
Dezembro de 2003

Comissão de Comunicação Social amplia trabalhos

Manter os profissionais sempre bem informados sobre as ações do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região, além de apoiar e organizar eventos, visando o aprimoramento da categoria. Essas são as principais atribuições da **Comissão de Comunicação Social (CCS)** do CRP-04, que, este ano, colocou em prática uma série de medidas para que os psicólogos fossem melhor informados.

Uma das ações foi a criação de um grupo de trabalho mais amplo, que incluiu, além de três conselheiros que integram a Comissão, um trio de organizadores, encarregados de apoiar a promoção de eventos. Segundo a presidente da Comissão de Comunicação Social, Lúcia Aquino, ao contrário de outras divisões da entidade, a CCS não tem caráter de discussão, e sim de divulgação das atividades concretas cotidianas.

Diálogo com a categoria

Para manter os profissionais em dia com as informações, a Comissão conta com uma assessoria de imprensa, um jornalista e mantém o "**Jornal do Psicólogo**" (JP), com circulação trimestral. Além de notícias variadas sobre as ações e eventos voltados para os profissionais, a publicação traz uma seção de cartas, para o diálogo permanente com a categoria. As correspondências dos leitores são publicadas no JP somente quando se tratam de sugestões e críticas.

A CCS também fica encarregada de fazer a cobertura dos eventos, além de apoiá-los. Quinzenalmente - sempre às sextas-feiras, às 16 h - os integrantes da Comissão de Comunicação se reúnem para avaliar os trabalhos realizados.

Outra ação desenvolvida este ano foi o cadastramento dos e-mails dos psicólogos, para que as informações possam ser passadas com mais agilidade. Lúcia Aquino lembra que a Entidade continua fazendo o registro de endereços eletrônicos, que podem ser enviados pelos profissionais ao Conselho Regional de Psicologia: crp04@crp04.org.br.



Cadastro de Psicólogos e Psiquiatras - ES

O Tribunal Regional Federal - 2ª Região/Seção Judiciária cadastrou 10 psicólogos e 7 psiquiatras para compor o quadro de credenciados do Plano de Assistência à Saúde Mental. O Plano prevê a cobrança do valor de R\$50 (cinquenta reais) por consulta ou sessão. O servidor que estiver em tratamento pagará diretamente ao profissional, que lhe fornecerá um recibo para que possa ser solicitado o reembolso no TRF 2ª Região.

Informações: Consultar informativo no Seção-ES/CRP-04 ou CRM-ES ou telefonar para o serviço de Psicologia (TRF 2/SJ-ES): (27) 3331-4174.

Cursos

O CICLO-CEAP (Centro de Estudos Avançados de Psicologia) está oferecendo os seguintes cursos para o primeiro semestre de 2004.

Cursos de Férias:

- ✓ Psicossomática - Tratamento dos Conflitos Emocionais
- ✓ Psicologia Jurídica e Laudos Periciais
- ✓ Tratamento Psicoterápico de Fobias e Traumas
- ✓ Diagnóstico Clínico (Traçando um projeto para psicoterapia)
- ✓ Recrutamento, Seleção, Treinamento e Acompanhamento Pessoal
- ✓ Tratamento Psicológico dos Transtornos Alimentares e da Obesidade Através da Terapia Cognitivo-Comportamental
- ✓ Recursos Corporais no Atendimento em Consultório
- ✓ Musicoterapia no Trabalho com Criança Especial
- ✓ Técnicas Anti-Stress para Aplicação Clínica e Empresarial

Neuropsicologia

- ✓ Psicologia na Gravidez, Parto e Pós-Parto - Atendimento em consultório e hospitalar
- ✓ Diagnóstico Psicológico Infantil e Orientação de Pais
- ✓ Arte Terapia
- ✓ Psicologia, Escola e Educação

Cursos Regulares:

- ✓ Técnicas Vivenciais, Jogos e Dinâmicas de Grupo
- ✓ Reabilitação Cognitiva
- ✓ Técnicas Avançadas de Psicoterapia Infantil
- ✓ Psicologia, Marketing e Publicidade
- ✓ Psicoterapia e as Angústias Existenciais - Fundamentos, instrumentos e técnicas
- ✓ Psicoterapia Corporal
- ✓ Psicologia Carcerária
- ✓ Gestão de Pessoas
- ✓ Psicofarmacologia para Psicólogos e Áreas Afins
- ✓ Hiperatividade - Diagnóstico e Tratamento
- ✓ Teste Grafológico
- ✓ Teste Palográfico
- ✓ Teste Wartegg
- ✓ Psicoterapia Breve Integrando Recursos da Neurolingüística, Gestalt e Psicologia Transpessoal
- ✓ A Clínica da Depressão, Síndrome do Pânico e dos Estados Psicóticos
- ✓ Maximização do Aprendizado

Cursos Regulares Concentrados:

- ✓ Psicoterapia de Crise - Intervenção Terapêutica em Situações Emergenciais
- ✓ A Clínica da Infância e da Adolescência
- ✓ Gestão por Competências
- ✓ Diagnóstico Psicológico e Orientação Profissional

Mais informações podem ser obtidas no site www.cicloceap.com.br ou pelo telefone (31) 3221-7091.



Outubro a
Dezembro de 2003

Testes Psicológicos

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), após ampla discussão com os Conselhos Regionais, publicou a Resolução 02/2003 que regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. Foi pensando na qualificação e na credibilidade do trabalho dos psicólogos, que o CFP tomou essa iniciativa. Os psicólogos irão utilizar instrumentos cada vez mais confiáveis, pois os testes deverão atender aos critérios exigidos na Resolução.

No dia 6 de novembro, foi publicada a primeira lista, com avaliação final dos testes que foram encaminhados para análise do CFP. Os psicólogos precisam ficar atentos, pois só poderão utilizar testes psicológicos com parecer favorável. De acordo com a Resolução, os psicólogos que utilizarem os testes reprovados vão ser submetidos a processo ético.

Objetivando a atualização dos testes e adequação dos resultados baseados em pesquisa realizada junto à população brasileira, os testes psicológicos passaram pela avaliação do Conselho Federal, inclusive os testes estrangeiros de qualquer natureza. Eles têm que atender requisitos mínimos que os instrumentos devem possuir para se-

rem reconhecidos como testes psicológicos em condição de uso.

A lista dos testes encontra-se à disposição dos interessados no site www.pol.org.br. Consulte-o para obter mais informações.

Registro do Título de Especialista

A Comissão de Avaliação do Registro do Título de Especialista - CATE concluiu, no dia 21 de novembro, a pesquisa "Impacto sobre o registro do Título de Especialista". A pesquisa foi realizada com o objetivo de buscar a opinião dos psicólogos sobre a regulamentação do Título de Especialista, o que os motivou a adquirir o Título e, para aqueles que ainda não o possuem, o que os impediu de buscá-lo.

Muitos psicólogos passaram a ter conhecimento sobre o Título, por intermédio da pesquisa. Alguns até foram despertados a adquiri-lo.

Acompanhe, a seguir, os dados apurados na amostragem:

Dados da Pesquisa

AMOSTRAGEM: 1.332 pessoas entrevistadas

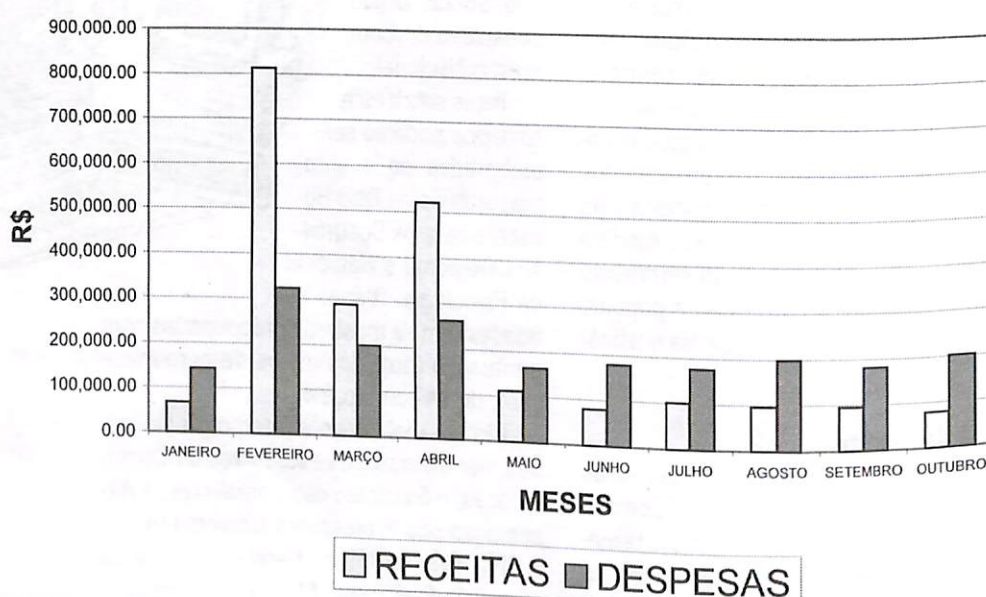
✓ Solicitaram o registro do Título de Especialista: 25,63%

Motivo que os levou a fazer

- ✓ Direito adquirido 33,73%
- ✓ Reconhecimento profissional 25,15%
- ✓ Status profissional 18,93%
- ✓ Valorização do currículo 16,27%
- ✓ Promoção no trabalho 5,33%
- ✓ Pontos para pontuação em concurso 0,59%

- ✓ Pretendem adquirir o Título: 60,73%
- ✓ Pretendem adquirir o Título através de Curso de Especialização 70,69%
- ✓ Pretendem adquirir o Título através de Provas e Títulos 29,31%
- ✓ Foram beneficiados por obterem Título 25,37%
- ✓ Processo seletivo que tenha utilizado o Título como critério avaliativo 17,44%
- ✓ Consideram importante o Título de Especialista 83,02%

Receitas X Despesas - 2003



► Orientação e fiscalização garantem exercício profissional ético e de qualidade

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região é responsável pela execução de algumas das principais atividades-fins da Entidade: orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo, bem como zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. Neste sentido, tem entre seus maiores objetivos assegurar o cumprimento das normatizações que regulamentam o exercício profissional, garantindo, no resguardo do direito da população, que os serviços psicológicos prestados estejam dentro dos preceitos técnicos e éticos da profissão.

Segundo Marília de Oliveira, coordenadora da Comissão, além de coordenar e executar as atividades de orientação e fiscalização na jurisdição do CRP-04, a COF assessora o Plenário do CRP nas deliberações sobre assuntos dessa natureza. Em outra ponta, visando não só garantir a qualidade dos serviços psicológicos, mas também dar suporte aos profissionais, a Comissão desenvolve diversas ações práticas de orientação junto aos psicólogos e estudantes.

Informação e orientação

Uma das preocupações da Comissão está relacionada ao esclarecimento da categoria e da sociedade, possibilitando o acesso às informações e legislações sobre a profissão. Para isso, a equipe técnica realiza reuniões com a categoria e nas universidades, levando sempre as informações atualizadas sobre o exercício profissional. Paralelamente, desenvolve também um trabalho de esclarecimento e conscientização dos profissionais e futuros psicólogos sobre a necessidade de responsabilidade na prestação de um serviço de psicologia de qualidade.

Denúncias frequentes

Atualmente, entre as denúncias e reclamações mais frequentes referentes a profissionais encaminhadas ao Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região, estão as sobre documentos elaborados e emitidos, como declarações, laudos, atestados psicológicos e relatórios. Assim, atenta a esse problema, a Comissão de Orientação e Fiscalização tem

atuado para divulgar amplamente a recente Resolução do Conselho Federal que traz orientações sobre o tema (veja box ao lado).

Um outro tipo de denúncia que tem aumentado no CRP-04 diz respeito ao exercício ilegal da profissão por pessoas não-habilitadas que se passam por psicólogas. Nestes casos, a COF aciona o Ministério Público para que sejam tomadas as devidas providências.

Existem, ainda, muitas denúncias e questionamentos relacionados a práticas não reconhecidas pelo campo da Psicologia, as chamadas práticas alternativas, às quais a categoria deve ficar atenta. Como bem lembra Marília de Oliveira, as práticas reconhecidas são somente aquelas ensinadas na faculdade e que passaram pelo reconhecimento científico.

Atividades realizadas pela COF no período de janeiro a outubro de 2003

- ✓ 21 reuniões;
- ✓ 137 pontos de pauta tratados;
- ✓ 356 visitas técnicas;
- ✓ 9 reuniões com psicólogos e estudantes de Psicologia no interior do Estado;
- ✓ 38 reuniões de entrega de Carteira Profissional aos recém-inscritos, com informações sobre o exercício profissional (meses de agosto, setembro e outubro);
- ✓ 3.763 atendimentos telefônicos de orientações referentes ao exercício profissional, legislação, cursos, entre outras;
- ✓ 228 atendimentos pessoais de orientações relacionadas ao exercício profissional, legislação, cursos, entre outras;
- ✓ 420 e-mails respondidos, com orientações sobre o exercício profissional, legislação, cursos, entre outras;
- ✓ 7 processos encaminhados ao Ministério Público, para apuração de exercício ilegal da profissão;
- ✓ 3 representações contra psicólogos encaminhadas pela COF para a Comissão de Ética do CRP-04.

Preenchimento incorreto de documentos é preocupante

O Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região tem recebido, com frequência, denúncias e questionamentos relacionados a documentos elaborados e emitidos por psicólogos, a exemplo de declarações, laudos, atestados psicológicos e relatórios. Eles respondem por cerca de 35% dos processos que correm na Comissão de Orientação e Fiscalização, segundo informa a integrante da COF e coordenadora técnica do CRP-04, Marília de Oliveira.

"Se você emite um documento com qualidade, de acordo com a legislação pertinente, está passando uma boa imagem do trabalho que a Psicologia pode prestar à sociedade. Mas, se você emite um documento que não respeita os preceitos técnicos, éticos e até teóricos, da mesma forma, está comprometendo toda a categoria. Os colegas precisam ficar mais atentos a isso", afirma.

A coordenadora lembra que tais documentos têm valor legal, servindo de base até para ações judiciais e, se não preenchidos de forma correta, podem trazer sérias complicações para o paciente e para o próprio profissional. "Há casos de colegas que fizeram constar informações confidenciais e o paciente, sentido-se exposto e lesado, encaminhou a denúncia ao Conselho", exemplifica Marília de Oliveira.

Resolução do CFP orienta psicólogos

Percebendo a carência de informações e as dificuldades da categoria, o Conselho Federal de Psicologia editou a Resolução de nº 07/2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos pelos Psicó-

logos Decorrentes de Avaliação Psicológica.

"Este Manual traz os princípios técnicos e éticos que vão nortear a elaboração desses documentos. Nele, temos definido o que é declaração, atestado, parecer, relatório psicológico ou laudo", diz Marília de Oliveira.

Ela lembra que a atuação do psicólogo não está mais restrita apenas ao consultório. A categoria ampliou o campo do trabalho, está presente em várias instâncias e, por isso, é muito mais demandada. "Hoje, a justiça, as empresas, as escolas e vários outros segmentos solicitam documentos elaborados por psicólogos. Assim sendo, a categoria precisa se qualificar mais e melhor, para poder prestar um atendimento de qualidade", ressalta.

A Resolução está disponível para consulta no site do CFP (www.pol.org.br) e no próprio CRP-04. De acordo com a coordenadora, apesar do número de consultas à Resolução já ser grande, muitos psicólogos ainda a desconhecem. A Resolução está à disposição de qualquer pessoa que queira se informar sobre o assunto.

A Comissão de Orientação e Fiscalização também se coloca à disposição para todo e qualquer tipo de esclarecimento. "Este é o nosso papel. É comum recebermos grupos de psicólogos que procuram ajuda para elaborar um edital para concurso público, questionários de avaliação, dentre outros. Passamos todas as orientações e os cuidados que precisam ter. Todas as ações do Conselho são no sentido de qualificar essa prestação de serviço decorrente da avaliação psicológica", ressalta Marília de Oliveira.

Criminologia e Subjetividade no Brasil
Cristina Rauter - Rio de Janeiro: Revan, 2003, 126 p., R\$19,00.

Em boa hora a Revan publica, em um só volume, três ensaios (O nascimento da criminologia no Brasil, Diagnóstico psicológico do criminoso: tecnologia do preconceito e Os carreiristas da indisciplina) da professora de psicologia dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, Cristina Rauter.

Sob todos os aspectos, um trabalho fundamental tanto para os profissionais, quanto para os estudantes de psicologia, direito, serviço social, história, etc.

Em "O nascimento da criminologia no Brasil" Cristina desconstrói toda a falácia em torno do tema, demolindo com rigor a falsa premissa de que "atrás de cada crime se escondia uma personalidade peri-

gosa, doente e geralmente incurável". Coloca em xeque a análise da emergência do discurso criminológico, que instrumenta e maximiza os efeitos da realidade criminológica, a partir de instrumentos técnico-científicos (os "laudos" psiquiátricos, psicológicos, sociais, etc.).

No "Diagnóstico psicológico do criminoso: tecnologia do preconceito", a autora mergulha fundo em um tema tão espinhoso quanto pouco discutido: a cessação de periculosidade. Ali, em expressiva amostragem de 120 laudos, dialoga criticamente com o seu objeto de estudo e vai mais além, sempre de modo contundente: "E no caso da prisão, qual será o preso cujo eu está morto? É justamente o preso bem comportado. É aquele preso que nada mais sabe fazer do que obedecer e perpetuar a rotina do cárcere. É aquele preso que reúne em si a contradição de ser um

ótimo preso, imprestável, porém para a vida extra-muros, onde teria novamente que lutar por si próprio, algo que há muito desaprendeu".

Por fim, mas não menos importante, a reedição de "Os carreiristas da indisciplina", originalmente publicado pela Achiamé, em 1979, onde, segundo Nilo Batista, que faz o prefácio do atual trabalho, ela promove "o implacável desnudamento das entidades nosográficas conhecidas por 'personalidade psicopática' e 'personalidade sociopata'".

Enfim, um livro fundamental para aqueles, como nós, que cremos que PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NÃO É SOLUÇÃO PRA VIDA. A GENTE QUER OUTRA SAÍDA!

Cristina, com este trabalho, aponta algumas. Não deixe de conferir.

Prof. Virgílio de Mattos



Outubro a Dezembro de 2003

CRP-04 questiona abertura indiscriminada de cursos



JP
6

Outubro a
Dezembro de 2003

Minas Gerais e o Brasil têm assistido, nos últimos anos, a uma abertura desenfreada de cursos na área da Saúde, e a Psicologia não fica atrás. Só para se ter uma idéia, de 2000 a 2003, foram abertos 96 novos cursos de Psicologia no País. Destes, 14 são de Minas Gerais. Diante desta realidade, visando a garantia da qualidade dos serviços psicológicos, o CRP-04 tem atuado institucionalmente, cobrando das autoridades competentes que sejam estabelecidos mecanismos de controle desta abertura indiscriminada de cursos.

"O que nos preocupa é a qualidade do ensino oferecido, com conseqüências sérias para a população, uma vez que muitas dessas novas escolas não possuem a estrutura mínima e necessária para oferecer uma formação adequada", enfatiza a coordenadora técnica do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região, Marília de Oliveira. "É algo assustador. O ensino virou comércio. Que profissionais são esses que estaremos colocando no mercado?", questiona.

Situação é mais grave em Minas

Ela explica que esta é uma situação que ocorre em nível nacional, mas se torna mais grave em Minas Gerais, que tem uma peculiaridade em relação aos demais Estados: é a única unidade da Federação em que a abertura de cursos de ensino superior pela iniciativa privada é autorizada apenas pelo Conselho Estadual de Educação. Nos demais Estados, é necessário o parecer favorável do Ministério da Educação.

Isso foi possível, graças a artifícios introduzidos na Constituição Mineira, pelos quais os artigos 81 e 82 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição transferiram para o Conselho Estadual de Educação a supervisão pedagógica das instituições de ensino superior criadas e mantidas por entidades de direito privado. Isso, em total afronta à Constituição Federal e à LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Campanha nacional

De acordo com Marília de Oliveira, o CRP-04 está acompanhando atentamente a abertura indiscriminada de cursos de Psicologia e chamando a atenção, tanto das faculdades, como dos alunos, para a possível ilegalidade dos mesmos, já que não contam com o parecer do Ministério da Educação.

A coordenadora técnica do Conselho informa que a idéia é iniciar uma campanha nacional, visando conscientizar a sociedade. "Queremos também sensibilizar o ministro da Educação, Cristovam Buarque, e saber o que ele pensa de tudo isso, uma vez que ainda não se manifestou a respeito", ressalta.

A proliferação indiscriminada de cursos superiores também está em pauta no Fórum Permanente de Conselhos Profissionais de Minas Gerais, que é secretariado pelo CRP-04. Além da atuação junto ao Poder Público, os conselhos profissionais de várias categorias vão elaborar, até março de 2004, um jornal especial sobre o tema, para a discussão com a sociedade.

Comissão de Trânsito investe na qualificação

A Comissão de Trânsito do CRP-04, considerando o edital 03/02 do Conselho Federal de Psicologia, que revalida os testes psicológicos que podem ser utilizados como instrumento científico pelos psicólogos, está apoiando a iniciativa da Associação de Psicólogos e Médicos do Trânsito de Minas Gerais (APSIMT-MG), visando qualificar os profissionais que atuam na área de perícia psicológica para CNH - Carteira Nacional de Habilitação.

Com o apoio do Conselho, a APSIMT-MG programou para os dias 12 e 13 de dezembro, para os seus associados, o primeiro curso de capacitação do "Rorschach - Sistema Compreensivo - do Excer Júnior". Ele será ministrado pela psicóloga, doutora Ana Elisa de Vilemour Amaral, presidente da Sociedade Brasileira de Rorschach, pós-graduada em Psicologia na Universidade São Francisco e pós-doutorada na Universidade de Sabóia, na França.

A coordenadora da Comissão de Trânsito do CRP-04, Maria José Lamounier, destaca a importância do curso, uma vez que, tendo em vista o edital 02/03, os psicólogos precisam estar se reciclando e se qualificando dentro das técnicas que possuem parecer favorável do Conselho Federal de Psicologia.

Comissão de Psicologia e Saúde diversifica sua atuação

Há dois anos e meio à frente da Comissão de Psicologia e Saúde (CPS) do CRP-04, Paulo dos Prazeres faz um balanço positivo das ações desenvolvidas na área. Segundo ele, a Comissão se esmerou na luta pela saúde pública e apoio à profissão no setor, seja na busca de criação de novos postos de trabalho ou na defesa de interesses, em relação ao poder público e à iniciativa privada. "Desenvolvemos debates e parcerias e aprofundamos o apoio, já tradicional, do CRP-04 às lutas da reforma psiquiátrica", completa Prazeres.

A CPS se destacou na discussão sobre o exercício profissional no setor de saúde. Prazeres lembra que, quando a categoria se viu ameaçada pelo projeto de lei do ato médico, a Comissão interrompeu todos os trabalhos e partiu em favor dos interesses da categoria. "A Entidade se colocou na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e denunciou para a sociedade o retrocesso que é a aprovação desse projeto", diz o psicólogo.

A Comissão também esteve presente, este ano, em todas as conferências de saúde, tanto em nível municipal, quanto estadual, defendendo teses a serem apresentadas na 12ª Conferência Nacional de Saúde, marcada para dezembro, em Brasília. O evento nacional

vai discutir o aprimoramento do SUS e traçar deliberações do Governo para os próximos anos, na área de saúde.

A CPS tem representantes no Conselho Estadual de Saúde e na Câmara de Saúde do Trabalhador. Prazeres cita, ainda, o trabalho da Entidade na formulação de propostas para a participação dos psicólogos no Programa de Saúde da Família (PSF). Também este ano, a Câmara de Psicologia e Saúde marcou presença no I Encontro dos Serviços Substitutivos de Minas Gerais, realizado em Congonhas.

De acordo com Prazeres, as discussões da CPS apontam o caminho para as ações do plenário neste setor. Essas discussões têm oferecido à diretoria subsídios para discutir com prefeituras, como a PBH e a de Uberlândia, funções, salários e o exercício profissional da categoria na saúde pública brasileira. A CPS reúne-se, quinzenalmente, na sede do CRP-04, às terças-feiras, das 19 às 21h.

Ações em Divinópolis

O trabalho do CRP-04 também tem sido marcante em Divinópolis, cidade do Centro-Oeste de Minas, onde Paulo dos Prazeres reside e atua profissionalmente. No município, o Dia do Psicólogo foi comemorado com o lançamento do Banco Social de Serviços em Psicologia, no dia 27 de agosto.

O evento contou com a presença da presidente do CRP-04, Marta Elizabete. Neste dia, foi apresentada a parceria entre Inesp/Uemg, através de seu curso de Psicologia, o CRP-04 e a Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis, para que o Banco possa funcionar na cidade e receber os voluntários.

Já no dia 11 de agosto, também em parceria com Inesp/Uemg, foi realizado em Divinópolis o Pré-Fórum de Ética, com a eleição de dois delegados e dois suplentes para o Fórum de Ética que aconteceu em Belo Horizonte. O evento em Divinópolis atraiu grande número de profissionais da região.

No município, a Comissão de Psicologia e Saúde também apoiou Serviço de Referência em Saúde Mental (Sersam), nas comemorações do dia 18 de maio - Dia Nacional da Luta Antimanicomial. A manifestação tomou as ruas centrais da cidade, com grande alegria e número de participantes.

Em abril, foi realizado no município um colóquio sobre o ato médico, junto ao Departamento de Psicologia do Inesp/Uemg e, em seguida, um debate público com a Associação Médica. "Agora, estamos nos aquecendo para a realização do Pré-Congresso de Psicologia no município", finaliza Paulo dos Prazeres.

► Encontro debate ressocialização de portadores de sofrimento mental

Arquivo CRP-04

Envolvimento da família, implantação de Centros de Atenção Psicossocial, formação de grupos de convivência e criação de alternativas de trabalho. Sem esses quatro ingredientes, é impossível construir uma rede de saúde que possa ressocializar os portadores de sofrimento mental. Estas são as conclusões do III Encontro Mineiro de Familiares da Luta Antimanicomial, que reuniu mais de 200 pessoas no Centro Cristão Comunitário, em Ipatinga, no Vale do Aço, de 17 a 19 de outubro.

Vindos de 25 cidades de diferentes regiões mineiras, 210 delegados - escolhidos entre profissionais dos serviços de saúde, gestores e associações de familiares de usuários - discutiram formas para melhorar o atendimento aos portadores de distúrbios mentais em Minas. Um relatório contendo as reivindicações do Encontro, que teve como tema "Quem Ama Cuida em Liberdade", será encaminhado aos secretários de Saúde, associações e entidades que trabalham com portadores de sofrimento mental.

Os participantes elaboraram, também, uma moção de apoio à implantação de um centro de atenção psicossocial em Ipatinga. Segundo o psicólogo Jairo Tadeu Guerra, membro do Conselho Regional de Psicologia e atuante no movimento de luta antimanicomial na Região, as cidades do Vale do Aço, com aproximadamente 600 mil habitantes, sofrem com a falta de Centros de Atenção Psicossocial (Caps), local onde os portadores de sofrimento mental são atendidos em momentos de crise. Existem apenas um Caps, em Coronel Fabriciano, e ambulatórios para consultas em Timóteo e esta pouca oferta de serviços substitutivos obriga os pacientes a recorrerem a hospitais psiquiátricos em Belo Horizonte.

Hospital psiquiátrico não viabiliza convívio entre loucura e sociedade
Com base em dados do Sistema Único de Saúde (SUS), Jairo Tadeu disse que, por mês, são realizadas na Região 240 internações. A permanência dos pacientes em Belo Horizonte afasta os usuários da família, e o convívio com os familiares, de acordo com ele, é o que não pode faltar no processo de ressocialização. O psicólogo lembrou que, nestes 15 anos de luta pela reforma psiquiátrica no País, os serviços de saúde mental não envolveram de maneira efetiva os familiares, não permitindo, assim, maior convívio entre os pacientes e seus parentes. Na sua opinião, as famílias devem ser ouvidas, porque, assim como os profissionais, tornam-se cuidadoras dos pacientes e atores ativos na elaboração de políticas de saúde mental.

O espanhol Kandido Eizaguirre, que fez uma visita ao Conselho, também participou do encontro em Ipatinga, representando a Federação Europeia de Asso-



Representante da Federação Europeia de Associações de Familiares de Portadores de Sofrimento Mental (Eufami), o espanhol Kandido Eizaguirre, durante visita ao CRP-04

ciações de Familiares de Portadores de Sofrimento Mental (Eufami). O espanhol aconselhou os familiares dos portadores de sofrimento mental - que, devido ao preconceito, escondem os pacientes - a romperem o silêncio e formarem associações de auto-ajuda. Essa união ajudaria a combater o estigma em relação ao adoecimento mental, além de ser um fator para a conquista de mais respeito por parte do governo e da sociedade.

Oficinas e convivência também ajudam a reintegrar
Além do apoio da família e de outras pessoas próximas do paciente, como amigos e vizinhos, o psicólogo Jairo Tadeu afirma que é preciso implantar centros de convivência, onde os portadores de sofrimento mental possam desenvolver habilidades em oficinas e se relacionar com outras pessoas. Muitas vezes, o paciente é internado, medicado, mas ao voltar para casa, o problema reaparece.

O Encontro defendeu, ainda, maior apoio da família na ressocialização de portadores de sofrimento mental, a criação de alternativas de trabalho e geração de renda para os pacientes, seja através de incentivos para empresas ou com a formação de cooperativas, nas quais eles possam se adaptar a um ritmo de trabalho próprio.

Exemplo

Ipatinga foi escolhida, durante fóruns preparatórios, para a realização do III Encontro Mineiro de Familiares da Luta Antimanicomial, devido a uma "batalha" para melhorar a assistência aos portadores de sofrimento mental. Há cinco anos, familiares e amigos de pacientes da cidade criaram a Associação Loucos por Você, que se tornou exemplo no Estado, sendo premiada na Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2001.

O trabalho da "Loucos por Você", que organizou o Encontro junto ao Fórum Mineiro de Saúde Mental e à Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental (Asussam-MG), consiste em sensibilizar o poder público e a sociedade para a questão da assistência aos portadores de deficiência mental, buscando o fim do preconceito e um melhor atendimento fora dos manicômios.

JP
7
Outubro a
Dezembro de 2003

A gente quer out

A participação dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia no Fórum Social Brasileiro - FSB, que aconteceu em Belo Horizonte, de 6 a 9 de novembro, esteve, sem dúvida, entre as de maior destaque no Evento, que foi um dos mais significativos que aconteceram no País. Preparatório à participação do Brasil na quarta edição do Fórum Social Mundial, marcada para janeiro, em Mumbai, na Índia, o FSB contou com a participação de aproximadamente 40 mil pessoas, em mais de 500 atividades, como palestras, oficinas, performances e manifestações, realizadas no Mineirinho, no campus da UFMG e no estacionamento do Mineirão.

E o sucesso da atuação dos Conselhos de Psicologia não aconteceu por acaso. Tudo foi cuidadosamente preparado, coletivamente, tendo os Conselhos reunido, previamente, diversas entidades das mais diferentes áreas, para discutir, elaborar e estruturar as atividades. Conforme conta Ana Marta Lobosque, uma das organizadoras, membro da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental, antes da realização do evento, os representantes das entidades se reuniram semanalmente e definiram que queriam lançar, através de uma "frente ampla", a discussão sobre a privação da liberdade em suas diferentes formas: hospitais psiquiátricos, prisões, Fobias, asilos, etc.

"Nós definimos esta discussão, por considerarmos que estas instituições são espaços que não nos deixam saída e que, nas grades erguidas, ditas para nos proteger, somos nós mesmos que estamos nos aprisionando. Então, a partir da idéia de constituir uma frente ampla contra a privação da liberdade, a gente colheu a seguinte palavra de ordem: A privação de liberdade não é solução para a vida. A gente quer outra saída", explica a organizadora.

Para divulgar o tema escolhido, foram confeccionadas camisetas com o slogan. Tendo como foco a privação da liberdade, as entidades definiram a realização de várias intervenções, durante o Fórum, entre as quais se destacam a participação na passeata de abertura, o seminário "Grades a romper: um outro mundo é possível", um stand dos Conselhos de Psicologia, e performances teatrais.

Com o bloco na rua

Já no início do Fórum Social Brasileiro, a participação dos Conselhos de Psicologia e entidades parceiras foi das que mais se destacou. Graças ao empenho de todos, a ala sobre a privação da liberdade

reuniu mais de 1.400 pessoas na passeata de abertura, no dia 6 de novembro. O número elevado de integrantes, a organização, a importância dos temas levantados e a criatividade conferiram à ala uma singularidade que a diferenciou, entre as muitas que participaram da manifestação.

A ala contra a privação da liberdade teve quatro subdivisões. A primeira foi a de Saúde Mental, integrada por portadores de sofrimento mental e técnicos dos serviços, tendo a sugestiva palavra de ordem "Cabeça, cada um tem a sua." Nesta lógica, cada manifestante confeccionou um adereço diferente para colocar na cabeça, para retratar a diversidade. Outra subdivisão da ala foi composta por crianças e adolescentes envolvidos em atos infracionais e que estão em programas de liberdade assistida, empunhando o slogan "Crianças e adolescentes: respostas em liberdade".

Já a ala integrada por familiares de detentos e pastorais ligadas à questão prisional levou para o ato público a seguinte reflexão: "Um dia, teremos vergonha das prisões. Por que não agora?" A última subdivisão da ala sobre privação da liberdade foi a dos Direitos Humanos, que alertou: "Direitos humanos exigem homens livres."

"Realmente foi uma ala que aconteceu na passeata. Todo mundo com suas camisetas específicas, muitos adereços, balões, etc. Foi muito bom mesmo", resume Ana Marta Lobosque.

Intervenções

A participação dos Conselhos de Psicologia no Fórum Social Brasileiro podia ser notada mesmo antes de se chegar aos locais das atividades. É que foi instalado no Campus da UFMG um gigantesco balão com o slogan "Privação da liberdade não é solução para a vida. A gente quer outra saída.", que podia ser visto desde o aeroporto da Pampulha.

Os Conselhos também mantiveram, durante todo o Fórum, no Mineirinho, um stand da Psicologia, no qual foi distribuído um farto material de divulgação do Banco Social de Serviços em Psicologia, com folders e adesivos explicativos sobre o mais novo serviço de protagonismo social oferecido por psicólogos em Minas e em ou-

tros estados brasileiros. Também foram disponibilizados cartazes sobre eventos promovidos pelos Conselhos, publicações sobre Psicologia e uma cartilha sobre a criança e o adolescente, entre outras peças.

Outra intervenção dos Conselhos de Psicologia foi a exposição "Trabalho Que Se Mostra", com a apresentação dos trabalhos artesanais produzidos pelos portadores de sofrimento mental atendidos por Serviços de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Para a exposição das peças, foi montada uma barraca, no dia 7 e 8 de novembro, na Feira de Economia Solidária, no Mineirinho. Ainda na vertente da frente ampla para refletir sobre a privação da liberdade, liderada pelos Conselhos de Psicologia, Ana Marta Lobosque destaca a performance teatral - que, na programação do evento, recebeu o nome de "Atentado Poético - Corpo que não se fecha", encenada por diversos manifestantes da Frente, em diferentes pontos do Campus da UFMG.

"Eu acho importante frisar que essa discussão da privação da liberdade era uma discussão que nunca tinha aparecido no Fórum. E acho fundamental que o Conselho tenha tido a ousadia de introduzir esse debate e de ter feito isso com uma discussão coletiva. Quer dizer, não foi uma coisa que o Conselho tirou do bolso e fez. Ele se reuniu frequentemente com outras entidades e instituições para compor essa programação. Foi uma construção coletiva, democrática e, de fato, muito diferente, configurando uma das melhores atividades do Fórum. Acho que teremos desdobramentos disso. Num momento em que todo o mundo está falando em diminuir a maioria penal e abrir mais prisões, a gente está abordando o tema por uma vertente diferente e fazendo uma outra reflexão", finaliza

Parcerias garantiram sucesso

Todos os que se envolveram nas atividades organizadas pelos Conselhos de Psicologia, durante o Fórum Social Brasileiro, têm a plena consciência de que o sucesso obtido se deve, em grande parte, às parcerias firmadas. Mais do que isso, os

organizadores ressaltam que, sem elas, não teria sido possível a realização de tantas e tão importantes intervenções.

Como destaca o conselheiro Milton Bicalho, os parceiros e apoiadores colaboraram imensamente, estando presentes às reuniões preparatórias semanais, participando ativamente das discussões, contribuindo com idéias, sugestões e críticas para a estruturação dos eventos, organizando e distribuindo o material do evento, convocando as pessoas dos mais diversos setores a participarem, organizando as alas da passeata de abertura, entre muitas outras tarefas, que todos assumiram com responsabilidade e executaram com extrema competência. Com reconhecimento, o JP destaca as entidades participantes:

- ✓ Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (AS-MARE);
- ✓ Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM);
- ✓ Associação Verde Esperança;
- ✓ Comissão Pastoral de Direitos Humanos de Contagem;
- ✓ Escola Tio Beijo - Ação Social Técnica de Belo Horizonte;
- ✓ Fórum Mineiro de Saúde Mental - Núcleo do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial;
- ✓ Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental Infrator (PAI - PJ) - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- ✓ Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte;
- ✓ Programa Liberdade Assistida - Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte;
- ✓ Projeto Veredas - Ação Social Técnica de Belo Horizonte;
- ✓ Serviços de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte;
- ✓ Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia - Patrocinadores.

A todos, o agradecimento especial do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região.

Fotos: Magda Santiago



JP
8

Outubro a
Dezembro de 2003

As alas do CRP-04 e entidades parceiras estiveram entre as mais criativas na passeata de abertura do FSB

tra saída

Grades a romper: um outro mundo é possível?

Psicólogos, psiquiatras e representantes do Poder Judiciário participaram, dia 8 de novembro, no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG, do seminário "Por um outro mundo possível: grades a romper". As discussões sobre as diferentes formas de privação da liberdade na sociedade contemporânea e os limites dessas medidas para a recuperação e reintegração social dos diversos envolvidos fizeram parte da programação das duas mesas redondas organizadas pelos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia e entidades parceiras, durante o I Fórum Social Brasileiro. O seminário foi um momento de reflexão que certamente trará muitos outros desdobramentos na abordagem desse tema.

Por uma sociedade menos violenta

Para a presidente do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região, Marta Elizabete de Souza, a privação da liberdade não é solução para a vida de ninguém. "As instituições que prendem pessoas, como asilos, Febens, manicômios e o próprio cárcere, não conseguem construir pessoas que façam uma retificação subjetiva e se transformem. Nosso objetivo é indagar o sistema judiciário sobre o que é necessário para que possamos ter uma sociedade menos violenta, num momento em que todos clamam por mais aparelhamento do Estado, mais repressão", explicou a psicóloga. Ela ressaltou a importância de um evento desta natureza para a discussão desses problemas, destacando que os Conselhos de Psicologia participam do Fórum Social desde sua primeira edição, em janeiro de 2001.

Pensando a justiça, dispensando o castigo

Um dos principais momentos do Seminário foi a mesa redonda "Pensando a justiça, dispensando o castigo", que teve como expositores: o professor de Filosofia da Unicamp, Oswaldo Giacoia Jr; a juíza membro da Comissão pela Reforma Prisional do Rio de Janeiro, Maria Lúcia Karam; e a psiquiatra, membro da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Ana Marta Lobosque. Como debatedor, participou o psicanalista, professor do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Joel Birman.

O debate teve como tônica uma reflexão sobre o atual modelo de aplicação da "justiça" na sociedade contemporânea, buscando mostrar que a reflexão e a prática da justiça constituem uma dimensão inerente à luta dos homens pelo mundo que desejam criar. Contudo, para evitar velhas armadilhas, convém interrogar: por que o pensamento da justiça só tem sido exercido a partir da premissa do castigo?

Uma sociedade à parte

A juíza Maria Lúcia Karam, que participou da mesa redonda, criticou o sistema que utiliza a privação da liberdade. "Há um jurista argentino que diz que preparar alguém para viver em uma sociedade dentro de uma prisão é a mesma coisa que treinar um time de futebol dentro de um elevador. Você só vai aprender a viver em sociedade, vivendo nela. A prisão é uma sociedade vivendo à parte", afirmou em entrevista ao "Jornal do Psicólogo", pouco antes de começar a palestra.

Na opinião de Maria Lúcia Karam, crimes podem ser cometidos por "pessoas quaisquer,

que têm lados bons e maus". Segundo a juíza, as expressões do lado bom e do lado mau dependem fundamentalmente das oportunidades que são dadas na vida, como o acesso à saúde, à educação, moradia e ao trabalho.

Para ela, o sistema penal não se destina a alcançar todos os responsáveis pela prática das condutas criminalizadas. "A real eficácia do sistema penal é imperativa à individualização de apenas alguns deles, para que, sendo exemplarmente identificados como 'criminosos', possam emprestar sua imagem à personalização da figura do mau, do inimigo, do perigoso, e, assim, possibilitar, simultânea e convenientemente, o reconhecimento dos ditos cidadãos de bem e a ocultação dos perigos e dos males que sustentam a estrutura de dominação e poder", disse Maria Lúcia durante a palestra.

Na visão da juíza, crimes podem ter conotações diferentes, de acordo com o contexto histórico e o passar do tempo. "Pense, por exemplo, nas relações homossexuais, que, ainda em meados do século XX, eram criminalizadas em diversos países europeus, enquanto hoje, ao contrário, advoga-se a criminalização de condutas de quem pratique discriminação motivada pela rejeição a tal orientação sexual", comparou Maria Lúcia, durante a mesa redonda.

Ainda em entrevista ao JP, a juíza criticou o consumismo no mundo atual. "É uma sociedade que trabalha o tempo todo com o consumo, com a oferta de bens, e não dá oportunidade para todas as pessoas tê-los. É fundamental mudar essa mentalidade. As pessoas são importantes por si mesmas e não pelo que têm, pela roupa que vestem ou pela fama", enfatizou. Para Maria Lúcia, a construção de um mundo menos violento passa pela prevenção, com a educação dos cidadãos.

Valores éticos e morais

Outro integrante da mesa redonda, o professor Oswaldo Giacoia, também apontou o consumismo como propulsor da violência e defendeu uma mudança nos valores éticos e morais na sociedade (palestra reproduzida nesta edição, nas páginas 10 e 11). Ele citou como exemplos dois crimes ocorridos na capital paulista que tiveram como responsáveis jovens de classe média. "Seus autores não são miseráveis, nem delinquentes; não são ligados ao narcotráfico, nem a qualquer outro tipo de crime organizado. São pessoas de classe média, sem impedimento de acesso aos bens culturais disponíveis", disse.

O psicanalista Joel Birman, debatedor da mesa, enfatizou que o sistema de punição baseado na culpa é completamente articulado com o sistema político da soberania, no qual o exercício da crueldade é uma salvaguarda do Estado. Segundo ele, todo Estado mantém uma condição de exceção, com direito a punir e matar. E a mudança do sistema prisional requer a modificação desse sistema político, a gestação de um novo tipo de sociedade. "A mudança vai implicar em uma nova ordem social. A solidariedade é a matéria-prima para o exercício da soberania", afirmou.

Joel Birman,
psicanalista,
professor do
Instituto
de Medicina
Social - UERJ



Ana Marta
Lobosque,
psiquiatra,
representante
da Secretaria
Municipal
de Saúde



Marta Elizabete,
presidente do CRP-04

Maria Lúcia Karam,
Juíza membro da
Comissão pela
Reforma Prisional
do Rio de Janeiro



"Experiências vivas"

Já a mesa redonda "Desconstruindo Grades: Experiências Vivas", teve como expositores: a psicóloga Cristiane Barreto, coordenadora do Programa Liberdade Assistida, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte; o psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e militante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (Salvador/BA); e Simone Barros Corrêa de Menezes, militante da Associação de Familiares e Amigos de Presos do Estado do Rio de Janeiro. A debatedora foi a promotora de Justiça da Comarca de Igarapé, Luciana Telles Machado da Silva.

Há duas décadas, a baiana Simone Barros Corrêa de Menezes, uma das expositoras, é casada com o presidiário Willian da Silva Lima, no cárcere há aproximadamente trinta anos. Ela relatou sua experiência como familiar de um preso, na mesa redonda "Desconstruindo Grades: Experiências Vivas", no seminário "Por um outro mundo possível: grades a romper", durante o I Fórum Social Brasileiro.

Para Simone Barros, o trabalho para a reintegração social do encarcerado só dará resultados significativos que alterem as estatísticas de reincidência, quando o Estado perceber a família como parte do processo de reinserção. "Ela (a família) é um componente precioso para o resgate dos princípios básicos de convivência, ética e moral. Por isso se torna essencial em qualquer trabalho no qual a volta ao convívio social se faça presente", disse a militante, lembrando que, nas audiências com os juízes, os parentes dos presidiários aparecem mais para ouvir do que para opinar.

Na opinião de Simone Barros, a família do detento poderia ser capacitada para acessar novos conhecimentos e usá-los em palestras de sensibilização, atuando como agente multiplicadora de informações sobre cidadania, saúde, valores morais e éticos. "O cidadão preso não é um ser isolado, não é um morador desgarrado, de Marte. Por isso, pensar a volta desse indivíduo, sem a devida preparação e sem um trabalho de recuperação de toda a família, faz com que o fantasma da reincidência se-

ja uma constante", afirmou. Defendeu, ainda, o desenvolvimento de programas federais, estaduais e municipais que proponham o apadrinhamento de famílias de presos pobres, através do acesso a projetos de assistência já existentes, como o Vale-Gás e o Bolsa-Escola.

Obrigação da tolerância social

Marcos Vinícius de Oliveira, em sua exposição, refletiu sobre as diferentes formas de privação de liberdade ao longo da história e da cultura, enfatizando a necessária mudança de valores para transformar a tendência, presente em nossos dias, de segregar e isolar aqueles que fogem aos padrões estabelecidos pelas normas sociais. Citou, como exemplo positivo, as transformações ocorridas no campo da Saúde Mental, que têm possibilitado novas formas de se pensar a loucura e sua relação com a sociedade e com a vida, alertando que a privação da liberdade é sinônimo de enorme violência a todos que a ela se submetem. "Ao se colocar uma pessoa que apresenta algum tipo de dissonância em relação à norma estabelecida em um espaço segregador - seja ele uma prisão, um asilo ou um hospício - a perspectiva que está sendo oferecida é funesta", considerou.

No que se refere à reabilitação social da loucura, Marcus Vinícius defendeu um grande trabalho de intervenção cultural, que permita à sociedade sensibilizar-se para a convivência com os portadores de sofrimento mental que, segundo ele, não é uma tarefa fácil. Na sua opinião, não se deve "privatizar" o problema. "É muito fácil ter uma pessoa com transtorno mental na família e dizer 'cuide dela', colocando-a em um manicômio. É preciso conviver com essa pessoa e arcar também com o sofrimento. É a obrigação da tolerância social", disse.

Citando os versos do compositor Chico Buarque, Marcus Vinícius afirmou que foram inventadas muitas idéias tristes, que defendem a exclusão dos pólos mais frágeis da humanidade, para que as outras pessoas possam viver. "Espero que possamos 'desinventar' os asilos, as Febens, as prisões e os manicômios em todas as suas formas", almeja.

JP₉

Outubro a
Dezembro de 2003

REPENSANDO A PRISÃO

JP₁₀

Outubro a
Dezembro de 2003



Foto: Magda Santiago

O texto reproduz a palestra proferida pelo professor Oswaldo Giacoia, durante o FSB

Há exatos 200 anos, Nietzsche fazia da praça pública o cenário para o ingresso para seu personagem Zaratustra. Nela se concentrava uma grande multidão, ansiosa por emoção e espetáculo. Excitada, a turba esperava pela performance de um funambulo, que deveria atravessar toda extensão da praça, equilibrando-se sobre uma corda estendida entre duas torres elevadas, situadas em extremos espaciais opostos. Nesse palco, aproveitando a grande aglomeração de gente, Zaratustra faz o primeiro anúncio público de sua Boa-Nova: a necessidade de superação do homem no e pelo *Além-do-Homem*.

Como sabemos, o resultado desse anúncio é um completo e retumbante desastre: a multidão ali reunida toma sua mensagem como propaganda sensacionalista para a exibição do saltimbanco, e passa a exigir, impaciente, a realização do próprio espetáculo prometido. Decepcionado, Zaratustra pondera: esses que se recusam a ser enganados, crêem ter algo de que os proteja do engano, algo de que supremamente se orgulham e que os distingue dos toscos pastores de cabras: sua formação superior.

Em vista disso, decide-se a falar daquele que afronta mais duramente a fonte daquele orgulho. Para tanto, cria uma figura metafórica invertida do *Além-do-Homem*, a saber, o *último homem*.

"Que é amor? 'Que é criação? 'Que é nostalgia? 'Que é estrela? Assim pergunta o último homem, e pisca os olhos. A terra tornou-se pequena então, e nela saltita o último homem, que torna tudo pequeno. Sua estirpe é indestrutível, como a pulga; o último homem é o que mais tempo vive. 'Nós inventamos a felicidade', dizem os últimos homens, e piscam os olhos. Abandonaram as regiões onde é duro viver, pois a gente precisa de calor. A gente inclusive ama o vizinho, e se esfrega nele, pois a gente precisa de calor. Adoecer e desconfiar, eles o consideram perigoso: a gente caminha com cuidado. Louco é quem continua tropeçando com pedras e homens! Um pouco de veneno, de vez em quando, produz sonhos agradáveis. E muito veneno, por fim - para ter uma morte agradável. A gente continua

trabalhando, pois o trabalho é uma diversão. Evitamos, porém, que a diversão nos canse. Já não nos tornamos nem pobres, nem ricos: as duas coisas são demasiado molestas. Quem ainda quer governar? Quem ainda quer obedecer? Ambas as coisas são demasiado molestas. Nenhum pastor e um só rebanho! Todos querem o mesmo, todos são iguais: quem sente de outra maneira, segue voluntariamente para o hospício. A gente ainda discute, mas logo se reconcilia - senão estrophia o estômago. Temos nosso prazercinho para o dia e nosso prazercinho para a noite - mas prezamos a saúde. 'Nós inventamos a felicidade' - dizem os últimos homens, e piscam o olho".

Esse personagem do último homem representa, no fundo, uma paródia do homem moderno. Orgulhoso de sua cultura, concebendo-a como um progresso em relação a todo passado, a modernidade interpreta a si mesma como o sentido e fim da história. Graças à superioridade de sua formação e cultura, o homem moderno acredita ter finalmente alcançado o fim supremo da vontade humana: a felicidade.

A provocação visada por Nietzsche consiste em mostrar que, ao contrário do que se pavoneia o orgulho moderno, nosso ideal de felicidade é um abastardamento daquele fim supremo da vontade humana, na medida em que os últimos homens o identificam com bem estar e conforto, ausência de tensão e sofrimento, complacência consigo mesmo, tédida calmaria do rebanho pacificado pela tranquilizadora opinião comum.

Nesse sentido, a figura do último homem é também uma parábola daquilo em que se tornou a moderna educação - e sua consequente tarefa de formação do caráter -, na medida em que é por meio dela que somos elevados até os fins e os propósitos superiores da cultura. Isso se compreende pelo recurso à etimologia do termo educação: *educo, educare*, com sentido de elevar, formar, instruir, conduzir, ligando-se também a *educo, educere*, trazer para fora, extrair.

Tendo em vista essas acepções, compreende-se que a atividade formadora da educação implica também em movimento voltado para uma meta, referência, ou modelo, em direção ao qual alguém é elevado.

Desse modo, formar, cultivar, não significa apenas submeter alguém a um processo de educação formal - como, por exemplo, alfabetizar ou transmitir informações -, mas também modelar um caráter por referência a um propósito ligado a um valor, ou conjunto de valores, socialmente reconhecidos.

Como toda sociedade, também a coletividade dos últimos homens se caracteriza, entre outras coisas, por um certo conjunto de valores tacitamente reconhecidos como os mais elevados bens a serem alcançados, como os fins mais gerais da vontade e da ação: para boa parte da tradição, essa meta consistia na felicidade. Precisamente a felicidade, que a tradição sempre buscou, julgam tê-la inventado os últimos homens. Eis em que ela consiste: prazer, ausência de sofrimento, comodidade, bem estar.

O anúncio de Zaratustra ocorreu há duzentos anos. Hoje em dia, a felicidade inventada pelos nossos antepassados tem seus prolongamentos no culto hedonista de si mesmo, que tem no consumo, no entretenimento, no espetáculo, na estimulação permanente das sensações um de seus princípios mais importantes de funcionamento.

Desse modo, compreende-se que seja principalmente para isso que são conduzidos, ou elevados, aqueles que estão submetidos ao processo contemporâneo de formação - em especial as novas gerações. Ora, se essas são as referências de valor mais elevadas, compreende-se também que, comparados com elas, os demais valores são de ordem secundária, subordinada. Sendo assim, tudo aquilo que possa representar obstáculo, ou elemento que dificulte a fruição daqueles bens mais valiosos deve ser, tão rápido quanto possível, contornado, ou, se preciso for, removido do caminho.

Tomando essas observações como ponto de partida, gostaria de direcionar o foco dessa reflexão em plano mais concreto, para dois casos de crime e violência, que poderão nos esclarecer quanto às trágicas consequências dessa escolha: o primeiro deles, um pouco mais antigo, o da jovem Suzana von Richthofen; o segundo, mais recente, do jovem estudante que assassinou o primo e incendiou o corpo juntamente com o carro da vítima.

Que relações podem ser estabelecidas entre os dois episódios? Como ambos se relacionam com a alegoria dos últimos homens? Que ligação inteligível podemos estabelecer entre esse conjunto de questões e o tema de nossa mesa redonda?

Do ponto de vista que a mim interessa, os dois casos revelam semelhanças estruturais que estimulam a reflexão: a) nenhum dos dois crimes foi praticado por pessoas provenientes das camadas mais pobres e desassistidas. Seus autores não são pessoas miseráveis, nem delinquentes com histórico de registros policiais anteriores, não são apêndices do tráfico de drogas, nem de outras modalidades de crime organizado, mas sim gente de classe média (no caso de Suzana, uma pessoa pertencente aos estratos superiores dessa mesma classe). Ressalvada a diferença de poder aquisitivo, trata-se, em ambos os casos, de pessoas instruídas, sem grande impedimento de acesso aos bens culturais socialmente valorizados.

Talvez justamente por causa disso, a componente especificamente ligada a efetivas necessidades econômicas ocupa, em ambos os casos, o segundo plano: quanto a Suzana, sequer fica patente a existência de alguma finalidade diretamente pecuniária; no caso do assassino do primo, o econômico talvez desempenhe um papel menos irrelevante, ainda assim sempre suplantado pelo aspecto do ressentimento, ciúme, inveja, competição. Como dizia Zaratustra, tornar-se mais rico ou mais pobre -

essa não é a questão principal. Essa preocupação tornou-se para nós 'demasiado molesta'.

Em ambos os casos, não havia indicação de que as pessoas portassem qualquer espécie de patologia psíquica relevante, que prejudicasse o desempenho dos respectivos papéis sociais. Pelo contrário, Suzana era uma universitária bem sucedida, rica, bonita e geralmente considerada boa menina. Quanto ao assassino, também ele não aparentava distúrbios evidentes de socialização - tanto assim que ele e a vítima eram amigos, além de primos, freqüentando os mesmos círculos e as mesmas amizades, apesar de viverem em condições diferentes quanto à inserção propriamente econômica na hierarquia social.

Algumas das palavras chave dessa mesa redonda vão agora permitir que seja costurada uma malha reunindo as semelhanças estruturais que estamos apontando: dois jovens bem educados, aparentemente bem inseridos nos respectivos círculos sociais, com identidades claramente firmadas, acabam por praticar um crime monstruoso, cuja mais inquietante característica é, a meu ver, a explosão de uma violência desmedida, selvagem, aterradora.

Em ambos os casos, a vítima é a família dos próprios criminosos: no caso de Suzana, a barbárie atinge os próprios pais, surpreendidos dormindo, sufocados, trucidados impiedosamente. No outro caso, o primo é atraído com astúcia para um passeio amistoso, cruelmente abatido a tiro, o corpo depositado no bagageiro do próprio carro, provisoriamente deixado num estacionamento, enquanto os assassinos procuravam um alibi plausível num motel - aliás o mesmo templo do prazer em que se refugiaram Suzana e o namorado, em seguida ao assassinato dos pais.

Para além da similaridade no paroxismo da violência, há outra semelhança que impressiona: a absoluta *desproporção* entre a barbárie das cenas e as circunstâncias alegadas como sua concreta motivação: Suzana toma parte no cruel assassinato dos pais, *porque estes se opunham a seu namoro*. No outro caso, um jovem estudante é abatido como um animal, e tem o corpo carbonizado no interior do próprio carro, porque seu primo sentiu-se inferiorizado por pertencer ao ramo mais pobre da família, assim como enciumado em virtude de um suposto envolvimento anterior entre ele e a atual namorada do assassino.

Essa desproporção indica uma forma assustadora de irracionalidade, a formação perversa em que degenera, em nossos dias, ideal de felicidade dos últimos homens: os motivos alegados são absolutamente incongruentes com o valor tradicional dos bens simbólicos com os quais entram em conflito. O valor até então sagrado de vidas humanas, assim como a significação ética dos vínculos afetivos e de solidariedade são simplesmente desprezados, ou considerados como de ínfima relevância, quando contrapostos a um narcisismo medíocre, fútil e superficial: num caso, a leviandade de um namorico, no outro, o ressentimento por uma meramente suposta humilhação.

Nessa desproporção irracional, procuro ancorar a relação dos casos com o tema de nosso encontro. Penso poder tomá-la como sintoma e consequência do tipo de configuração de ideal social resultante da felicidade inventada pelos últimos homens. Pois, tais casos refletem essa consequência, ou seja, a banalização da existência, a degradação do valor da vida humana.

* Nietzsche, F. *Also Sprach Zarathustra. Vorrede*. In: *Sämtliche Werke*. Kritische Studienausgabe. Ed. G. Colli und M. Montinari, Berlin, New York, München: de Gruyter, 1980, vol. 4, p. 19. Tradução própria.

REPENSANDO A PRISÃO

Oswaldo Giacoia Junior*

Continuação da página 10

Porque nos tornamos um só rebanho, sem nenhum pastor, porque todos queremos o mesmo, querendo-o de igual modo, porque todos somos rigorosamente iguais, então apenas extraímos as últimas consequências dessa lógica, e já não suportamos mais renunciar a nenhuma parcela daquele prazerzinho reservado para o dia e para a noite, que nos foi prometido como a felicidade dos últimos homens. Medida em relação a isso, *nada mais é reconhecido como suficientemente valioso.*

Desse modo, esse ideal de felicidade tornou-se inseparável tanto da promessa de suprimir todo sofrimento, como de alcançar a paz e a segurança permanentes. Ora, em nossas condições atuais de vida, o preço disso é a compulsão ao consumo permanente, a necessidade incessantemente renovada do prazer, de multiplicar, de intensificar estímulos e sensações, enfim o hedonismo que atravessa de ponta a ponta nossa sociedade, engolfando ricos e pobres, cultos e ignorantes, belos e feios, cada um empenhado, a seu modo e na medida de suas forças, na busca desesperada da satisfação.

Do ponto de vista afetivo, isso se traduz em incapacidade para suportar qualquer sofrimento, inclusive e principalmente a frustração, uma impotência que se manifesta como narcisismo exacerbado, tornando-nos cegos e surdos para a desproporção dos valores em jogo, porque a degradação do valor da vida, sempre nivela por baixo. Ela transforma os próprios seres humanos em peças anônimas, em exemplares uniformes de um rebanho de iguais, num anonimato coletivo, onde se perde qualquer valor, qualquer singularidade.

A analogia estrutural entre esses dois crimes recentes, solicita a atenção para um fenômeno contemporâneo da mais extrema relevância. Um tipo de sociedade que identifica como ideal de felicidade o culto ao prazer e o desejo irrefreado de consumo é também necessariamente uma sociedade onde se faz dominante a indústria cultural, na medida em que, nas condições do progresso tecnológico que caracteriza nossa civilização, as formas mais valorizadas do prazer e do consumo são aquelas mediadas pelos bens culturais, sobretudo sob a forma do entretenimento, da diversão, que tem na mídia o seu imprescindível combustível.

Para a grande maioria de nós, a existência seria literalmente insuportável se tivéssemos de nos privar dos bens simbólicos que a indústria cultural coloca todos os dias ao alcance de nosso fascinado desejo de consumidor. Em outras palavras, não suportaríamos o tédio, o sentimento de vazio, o sofrimento psíquico pelo qual somos tomados de assalto quando nos falta entretenimento, diversão, sofisticados ou grosseiros - da ópera clássica ao Programa do Ratinho e Brasil Urgente.

Para resumir isso tudo numa fórmula, poderíamos parodiar o verso de Goethe: 'quem sofre, sobretudo quem padece inconscientemente do próprio vazio e indigência, carece também de seu narcótico'.

Na medida em que a mídia constitui um dos centros nevrálgicos da indústria cultural, ela é compelida a produzir mercadorias aptas a satisfazer as demandas desse gênero de consumo. Porém, ao transformar tudo indiscriminadamente em espetáculo de entretenimento, a mídia colabora para criar um tipo de sensibilidade cada vez mais embotado, embrutecendo o potencial de senso crítico e de reflexão.

Esse é um dos efeitos mais perversos da espetacularização da violência pela mídia: ela potencializa sua escalada irracional. Quanto mais somos bombardeados por sua exibição diária, tanto mais nos habituamos

com as suas variantes mais grotescas, e carecemos de ingredientes cada vez mais picantes, para satisfazer um apetite permanente estimulado. Também esse aspecto da questão pode ser vislumbrado no tratamento dado aos dois crimes que analisamos: em ambos os casos, a exploração dos componentes sensacionalistas, justamente do gênero mercadológico do entretenimento, ultrapassa sem termo de comparação um estudo realmente adequado à importância dos problemas.

Estamos, pois, diante de um fenômeno de retro-alimentação, em que um determinado processo se nutre de seus próprios elementos. A violência midiaticamente produzida se transforma em espetáculo, na maioria das vezes, banal. Ela só volta a causar espanto, quanto ultrapassa as medidas da percepção comum. Entretanto, quando isso ocorre, é porque já nos encontramos num grau mais avançado de desenvolvimento do processo de escalada da própria violência.

Isso acaba por contribuir, por sua vez, para um tipo de educação que promove justamente a corrosão daqueles valores em direção aos quais se forma, no sentido de orientação por determinados modelos de socialização que podiam servir de contrapeso à satisfação do prazer imediato e compensar as vivências de frustração - modelos que incorporam valores como, a dignidade da vida humana, cidadania responsável, ou a solidariedade instituída por vínculos libidinosos.

Uma vez minado o sentimento de dignidade, como portador do valor absoluto da personalidade; uma vez que a vida humana tornou-se bagatela, quando contraposta à ânsia de consumo e prazer, uma oposição ao namorico é razão suficiente para o assassinato brutal, do mesmo modo como o é também o narcisismo magoado. É essa a lógica que explica porque o par de tênis importado tem mais valor do que a vida de quem o calça, assim como obter dinheiro para a droga compensa qualquer sacrifício da família.

Por que agimos dessa maneira? Para onde isso nos conduz? Qual o sentido de todo esse processo? Enfeitiçados como estamos pela dependência sempre potencializadamente reposta dos narcóticos de que carecemos para disfarçar o torturador vazio em que nos transformamos, debatemo-nos impotentes na busca de uma resposta para tais questões.

E, nessa tentativa de resposta, somos tomados de assalto pela ironia de Zarathustra - ele próprio perplexo com a felicidade dos últimos homens: 'todos querem o mesmo, todos são iguais, quem dentre eles pensa de outra maneira segue voluntariamente para o hospício'. Qual seria o significado desse voluntário desterro no manicômio, para aqueles que ousam refletir e pensar de outro modo? Como resposta, nossa literatura nacional já apresentou uma figura de suprema ironia: a resposta do alienista Simão Bacamarte. Feitas as contas: "Era decisivo. Simão Bacamarte curvou a cabeça juntamente alegre e triste, e ainda mais alegre do que triste. Ato contínuo, recolheu-se à Casa Verde"².

É isso: o único recurso que sempre de novo invocamos, o único refúgio em que persistimos em apaziguar nossa consciência entorpecida é: segregação, prisão, hospício, tratamento e punição. Depois de extorpiarmos corpos e almas na idolatria do egoísmo hedonista; depois de preformatarmos a percepção e o gosto de gerações de seres humanos para o consumo mercantil em larga escala, como modo privilegiado de relação com o mundo e com os outros homens; depois de gerar e nutrir uma patologia narcísica que avança até o limite do

absoluto auto-centramento; depois de produzirmos legiões deserdados, de excluídos culturais, políticos e econômicos, a quem bombardeamos ininterruptamente com promessas de realização e gozo - e depois de frustrar a todos necessariamente, já que a isso nos obriga a lógica inexorável do princípio de realidade, a todos aqueles a quem unicamente preparamos para *não suportar a frustração*; a única resposta que encontramos é *prisão*.

Desse modo, podemos compreender os fenômenos de transgressão dos padrões éticos e dos códigos jurídicos de convivência civilizada, mesmo os mais violentos, como um mal que resulta dos próprios valores que pautam e norteiam essa convivência. E, no entanto, para os responsáveis, para as pessoas consideradas lúcidas e normais, a *ultima ratio* é o recurso à forma geral da punição moderna: uma modalidade de qualquer de aprisionamento 'correcional': - seja o cárcere penitenciário, seja o hospício. De modo que os representantes da ordem e da normalidade, como guardiães dos bons costumes, idolatram uma virtude cuja substância está inteiramente esvaziada, e assim acrescentam a mais cínica hipocrisia à desrazão a céu aberto em que se transformou a sociedade dos últimos homens.

Que sentido pode fazer o recurso exclusivo - como que natural e imediato - à prisão, ao banimento, ao silêncio e à correção de tipo penal impostos àqueles que não foram capazes de resistir exatamente à sedução das promessas, à corrente a que os arrastava a dinâmica próprio sistema que agora exige punição, e à lógica dos valores que procura justificar e 'legitimar' o castigo?

Que sentido pode haver em *suprimir a liberdade* daqueles a quem formamos precisamente para tornar incapazes de exercer de modo responsável e cidadão? Não seria essa uma maneira eficaz de denegar, para nós mesmos, a comum privação da liberdade, com a qual nos comprazemos, mergulhados na cândida inconsciência e na gorda felicidade dos últimos homens. CRM - FRENTE PARLAMENTAR DE SAÚDE DE MINAS GERAIS.

Em Minas Gerais, a Frente Parlamentar de Saúde criada na Assembleia Legislativa está empenhada em aumentar os recursos destinados ao financiamento da saúde em 2004 para valores superiores a R\$ 1 bilhão por meio da realocação de recursos orçamentários. A previsão orçamentária para o próximo ano é de R\$ 813 milhões, um valor até superior ao previsto para este ano, mas, como salienta o coordenador da frente mineira, deputado Fahim Sawan (PSDB), o desafio do movimento é garantir que o adicional seja destinado ao atendimento dos pacientes. A metodologia aplicada no Orçamento do Estado divide esses recursos com ações preventivas, como obras de saneamento básico e controle ambiental.

A Frente Parlamentar de Saúde de Minas Gerais foi criada no último dia 28 de outubro nos mesmos moldes da frente nacional e conseguiu a adesão de 47 deputados, de um total de 77 no Legislativo mineiro. Os objetivos do movimento incluem resolver questões ligadas a hospitais universitários, programa de saúde da família, atenção básica nos pequenos municípios e desabastecimento de medicamentos na rede pública, dentre outros. O deputado afirma que o Sistema Único de Saúde (SUS) precisa ser efetivamente implementado, outra bandeira da frente. Mas, todos esses problemas esbarram na insuficiência de recursos, como destaca Sawan. "O aumento dos recursos para a aplicação é a prioridade, porque o resto todo não funciona sem verba. Não adianta sonhar com outros programas se não vamos ter recursos", define. Além do

problema em relação ao orçamento estadual, Fahim Sawan assinala que desde que foi criada, em 1998, tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) não foi reajustada totalmente, apenas sofreu incrementos de novas especialidades. Outro fato grave é a destinação federal de recursos para Minas, que é 30% inferior em relação a estados como São Paulo, por exemplo, dos investimentos federais na saúde em Minas - no total, essa perda chega a R\$ 1 bilhão.

No que se refere ao orçamento estadual, o Governo mineiro adotou a metodologia, também utilizada nacionalmente, de incluir ações de saúde nos recursos destinados à área. Com isso, o percentual de 12% definido pela Emenda 29 - que estabelece os gastos mínimos com a saúde - está sendo cumprido, até com acréscimo de 0,8%. O que ocorre, no entanto, é que, com isso, a verba que financiava hospitais, consultas, ou seja, o atendimento direto aos pacientes, diminuiu. A dificuldade nesse caso, como explica o deputado, é a falta de regulamentação da Emenda 29, que deixa em aberto a legalidade dessa nova metodologia. Como ação de longo prazo, para vigorar no próximo ano, as frentes mineira e nacional estão lutando para agilizar a regulamentação da emenda no Congresso Nacional, já em tramitação, para que seja definida com clareza a metodologia de aplicação dos 12%. Enquanto isso, no Estado, a frente tenta realocar recursos dentro do próprio orçamento para aumentar a cota da saúde, mas sem prejuízo para áreas também prioritárias, como educação e segurança. "Estamos avaliando rubricas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que sejam coisas que podem esperar, para destinar esses recursos para a saúde", disse. A meta é passar de R\$ 1 bilhão. Em relação a 2003, de acordo com o deputado, houve um aumento de 40% na previsão orçamentária - de R\$ 580 milhões para R\$ 813 milhões. Este ano, segundo ele, a execução está sendo cumprida, mas com a nova metodologia - em 2001 e 2002, R\$ 750 milhões dos valores previstos deixaram de ser efetivamente destinados.

*Departamento de Filosofia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas
giacoia@tsp.com.br

JP
11

Outubro a
Dezembro de 2003

Os desafios contemporâneos sob a ótica dos Direitos Humanos

JP
12

Outubro a
Dezembro de 2003

Realizado em Brasília, de 27 a 29 de novembro, o Seminário Nacional de Direitos Humanos, que, este ano, abordou o tema Desafios Contemporâneos. O objetivo foi avaliar as mudanças na conjuntura mundial, como a nova configuração do imperialismo norte-americano, e no cenário brasileiro, como a vitória do governo Lula.

"Quando os EUA invadem o Iraque dizendo que fazem isso em nome dos Direitos Humanos, há uma mudança sobre a qual precisamos refletir. No plano nacional, temos o governo Lula, eleito com um programa democrático e comprometido com os Direitos Humanos. Vamos discutir, nessa conjuntura, qual o compromisso da Psicologia com esse processo", explica o psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira Silva, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, órgão organizador do evento.

O Seminário reuniu, na capital federal, aproximadamente 400 psicólogos, que, além de participarem de debates e discussões, fizeram uma manifestação pública. Este ano, os focos da mobilização foram: "possibilitar debates e reflexões sobre os desafios colocados na conjuntura atual, nacional e internacional,

para a luta pela instauração de uma 'Cultura de Direitos Humanos', enfatizando os aspectos relacionados à subjetividade que se encontra envolvida nesta tarefa; incentivar discussões sobre as múltiplas visões do humano que informam ou subsidiam os Direitos Humanos à Psicologia, explorando as promessas, limitações e contradições que nelas se presentificam e se expressam nas nossas configurações sociais ocidentais modernas; desenvolver a sensibilidade profissional dos psicólogos para identificarem e intervirem positivamente em situações que envolvam violações dos Direitos Humanos, bem como incentivá-los na promoção de uma cultura de direitos".

Educação inclusiva para portadores de necessidades especiais

Além do Seminário Nacional de Direitos Humanos, a Comissão promoveu mais uma campanha nacional, cujo tema, este ano, foi a educação inclusiva. A iniciativa é uma oportunidade de chamar a atenção da sociedade e da comunidade dos psicólogos para um tema específico, que envolve a presença da Psicologia em uma área crítica de violação dos Direitos Humanos.

As campanhas passadas já tiveram como

temas questões como o manicômio judiciário e a discriminação racial. "Há psicólogos que trabalham em manicômios e lá é um lugar de muita violação dos Direitos Humanos. Ao mesmo tempo em que denunciamos para a sociedade, chamamos a atenção dos colegas para as suas práticas", explica o presidente da Comissão.

Este ano, a campanha alertou para a educação de pessoas portadoras de necessidades especiais. "A psicologia gerou práticas como a adoção de salas especiais, que levam a um tratamento segregador e diferenciado. Agora, vamos discutir como o conhecimento psicológico pode contribuir para que os portadores de necessidades especiais possam se desenvolver socialmente, junto às outras pessoas", ressalta.

Jackson Romanelli



Em solenidade realizada dia 11 de novembro último, o "Projeto Veredas", coordenado pela Conselheira do CRP-04, Daisy Xavier (ao centro), desenvolvido em parceria pela Prefeitura de Belo Horizonte e a ONG Ação Social Técnica, recebeu o prêmio Itaú/Unicef - 5ª edição - "Muitos lugares para aprender". O Projeto trabalha, desde 1994, a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, em Belo Horizonte, atendendo em média 140 adolescentes, anualmente.

Atuação permanente em defesa dos idosos

O combate aos maus-tratos a idosos em asilos de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, assunto que ganhou repercussão em todo o Brasil, foi alvo, este ano, de atenção especial da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (CRP-04).

O presidente da Comissão, Roberto Sales, informa que, há mais de dois anos, o Conselho vem acompanhando de perto a proliferação de casas para idosos no Município, a maioria delas com objetivos meramente comerciais, sem a mínima estrutura física, técnica e de pessoal para os fins a que se destinam. Hoje, já existem na cidade cerca de 20 asilos, onde, não raro, as condições são absolutamente inadequadas.

Segundo as informações levantadas, o controle sobre a abertura e as condições de funcionamento dos asilos em Santa Luzia é praticamente inexistente. Para manter uma casa de idosos na cidade, seria necessário apenas entrar em contato com proprietários de outros asilos e obter, mediante pagamento, a transferência de dois ou três pacientes, de acordo com o seu poder

aquisitivo; ou seja, paga-se mais pelo que tem maior renda. Os passos finais seriam alugar uma casa, levar os idosos para lá e anunciar a existência do asilo. O alvará de funcionamento é obtido junto à Prefeitura, que só não concede o alvará sanitário.

Um grupo, formado por representantes do Fórum Mineiro de Saúde Mental, Conselho Regional de Psicologia, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, Subsecretaria de Direitos Humanos, Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde (Dads), vem cobrando ações para que a situação seja resolvida, e com caráter de urgência, uma vez que já teriam sido registradas até mortes de idosos, em função da falta de condições de funcionamento dos asilos. A situação também está sendo acompanhada por diversas outras entidades, entre elas, o Conselho Estadual do Idoso, a Promotoria do Idoso e a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Combate à violência

Outra atuação do CRP-04, na área de Direitos Humanos é a participação efetiva nas atividades da Rede de Atenção à Violência, que reúne, men-

salmente, um grupo de entidades, com o intuito de discutir alternativas de combate a todas as formas de violência

Seminário

Uma das mais recentes atividades do CRP-04, na área de Direitos Humanos, foi o envio, no dia 26 de novembro, de uma delegação de 37 pessoas, que embarcaram de Belo Horizonte com destino a Brasília, para participar do 5º Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia. O evento tratou, entre outros temas, da educação inclusiva, um assunto que o CRP-04 tem acompanhado de perto.

Presença em diversos setores

A Comissão de Direitos Humanos do CRP-04 esteve presente, também, no Encontro de Familiares de Usuários da Saúde Mental, realizado em outubro, em Ipatinga. O CRP-04 tem marcado presença, ainda, em outros setores, a exemplo de posses de outros conselhos - como o dos Odontólogos, DA da Faculdade de Psicologia da Newton Paiva e fórum sobre a educação inclusiva, promovido pela PUC.

A Comissão de
Direitos Humanos
tem reuniões
quinzenais, às
quintas-feiras, das
19 às 21h.

Desmembramento da Seção Espírito Santo está cada vez mais próximo

A Seção Espírito Santo do Conselho Regional de Psicologia (CRP-04) está a um passo do desmembramento de Minas Gerais. A apreciação do cronograma que propõe a implantação de um Conselho Regional de Psicologia somente para os profissionais capixabas, hoje ligados ao CRP-04, constava da pauta da Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf), agendada para os dias 10, 11 e 12 de dezembro. Para a presidente da Seção - que funciona em Vitória (ES) -, Fabíola Costa e Silva Cunha, a aprovação do novo Conselho é garantida, uma vez que as esferas regional e federal já dão apoio à autonomia.

O processo de desmembramento começou há aproximadamente cinco anos e, ao longo desse período, foi desenvolvido um trabalho de experiência para se chegar com segurança à autonomia capixaba. "Na época, éramos um escritório setorial e concluímos que, de fato, não tínhamos estrutura financeira para mantermos sozinhos um Conselho", recorda Fabíola Costa. Um dos primeiros passos foi dado em abril de 1999, quando o escritório setorial foi promovido a Seção.

Há cerca de dois anos, a Seção Espírito Santo passou a realizar a experiência de gerir e administrar seus próprios recursos para ver se conseguiria ser autônoma no campo financeiro, sem apoio de Minas. A vivência foi positiva, segundo a presidente. "Conseguimos nos organizar, diminuir as despesas e gerir nossos recursos. A partir daí, pensamos em criar realmente o Conselho", diz a

presidente. Atualmente, como Seção, a unidade tem plenária, diretoria e a maior parte dos problemas relativos à categoria é resolvida na sede de Vitória, à exceção de decisões como as que envolvam recursos financeiros.

Pesquisa

Outra medida visando o desmembramento foi tomada em 2002, com a realização de um censo entre 788 psicólogos do Estado para verificar se eram a favor ou contrários à criação do Conselho daquele Estado. A aprovação foi de 98%. A pesquisa, intitulada "Quem somos? Onde Estamos? O que fazemos?", traçou também um perfil do profissional do Espírito Santo, onde existem aproximadamente mil psicólogos e seis faculdades de Psicologia. O estudo constatou, entre outros dados, que a maioria dos profissionais do Estado é do sexo feminino (83,3%) e mais da metade (52%) é casada.

Segundo Fabíola Costa e Silva, os principais problemas enfrentados pelos psicólogos do Estado são a falta de emprego e os baixos salários, além da invasão de profissionais não-formados no mundo da Psicologia. "Há pessoas que fazem cursos de Psicanálise de seis meses, por exemplo, e querem atuar como se fossem psicólogas", contou a presidente. Os resultados da pesquisa foram, posteriormente, transformados em uma cartilha.

A presidente da Seção Espírito Santo destaca que a criação do Conselho Regional dará mais força política e poder

de decisão para os profissionais do Estado, os quais terão um órgão de representação no território estadual e próximo da realidade em que vivem.

CRONOGRAMA DE LUTA DOS PROFISSIONAIS CAPIXABAS

1979-1980 - É criada a Associação Espírita-Santense de Psicologia. Na mesma época, surge o curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) - A entidade era formada por jovens estudantes e profissionais de outros Estados que foram atuar na região.

1982 - Nasce a Associação Profissional dos Psicólogos do Espírito Santo, que tem caráter classista e sindical e logo se transforma em Sindicato dos profissionais do Estado. Na mesma época, começa a participação dos capixabas nas atividades do CRP-04, em BH.

1983-1986 - São eleitos na IV Plenária, dois psicólogos do Espírito Santo para o CRP-04. Assim, o Estado vem sendo representado nos plenários subsequentes.

1985 - É criado o escritório setorial - através de resolução federal -, que melhora as condições de atendimento, inclusive contando com um serviço de fiscalização e orientação.

1999 - O escritório setorial é transformado em Seção Espírito Santo.

2002 - Pesquisa feita entre 788 psicólogos do Estado constata que 98% dos profissionais aprovam a criação de um Conselho Regional de Psicologia no Espírito Santo.

Escritórios integram interior

Descentralizar o Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (CRP-04), com a criação de escritórios setoriais no interior do Estado, foi uma das ações positivas apontadas pela conselheira Maria José Vilela Lamounier, da Comissão de Orientação e Fiscalização. Ela faz essas observações, com base na experiência própria de responder pelos escritórios setoriais do Conselho, em Uberaba e Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

14 cidades estão ligadas ao escritório setorial de Uberlândia, criado há quatro anos, onde atuam aproximadamente 1.200 psicólogos. A região sedia três faculdades de Psicologia - uma federal e duas particulares, sendo duas em Uberlândia e uma em Ituiutaba.

Para Maria José Lamounier, os escritórios do Conselho, pela proximidade geográfica, possibilitam uma maior aproximação com a categoria e facilitam medi-

das de orientação e consulta técnica. "Chegamos a atender centenas de consultas por mês e temos 10% dos psicólogos inscritos", contabiliza a conselheira.

Conquistas

Já o escritório setorial de Uberaba, apesar de ser mais antigo que o de Uberlândia, apresenta menos demandas, segundo Maria José Lamounier, em função do menor número de psicólogos - são 650 que atuam na região. Há um ano atuando no escritório de Uberaba, ela comemora algumas conquistas, como o apoio da Sociedade Educacional Uberabense (Unibes) - que mantém uma tradicional faculdade de Psicologia - nos eventos desenvolvidos. Afirma ainda que o trabalho desenvolvido garantiu a representação do Conselho de Psicologia no Conselho de Assistência ao Menor e no Conselho Na-

cional Anti-Drogas (Conad).

Quanto às principais demandas que chegam aos dois escritórios setoriais, relata que as mesmas referem-se, principalmente, a reclamações quanto à postura profissional e à busca de orientações sobre serviços de psicologia existentes, tanto na área clínica, quanto na área de avaliação.

A Conselheira aponta como problema muito comum no interior a concorrência desleal de preços. De acordo com Maria José, já chegaram denúncias de profissionais que cobram até R\$ 10 por consulta de uma hora, sendo que a tabela referencial do Conselho Regional de Psicologia sugere valores entre R\$ 70 e R\$ 100. Há casos, ainda, de profissionais exercerem a profissão sem estarem inscritos no Conselho, quando, na verdade, a inscrição é obrigatória por lei para o exercício da profissão de psicólogo.

JP
13

Outubro a
Dezembro de 2003

Banco Social de Serviços protagonismo do psicólogo

Iniciativa repercute positivamente

O Banco Social de Serviços em Psicologia foi lançado nacionalmente pelo Sistema Conselho, em 27 de agosto, durante as comemorações pelo Dia do Psicólogo. Ao mostrar ao País as possibilidades de ação do psicólogo em projetos sociais, o Banco, além de possibilitar a participação deste profissional como ator e agente de transformação social, também tem o objetivo de abrir as portas para a construção de políticas públicas que incluam a Psicologia. Assim, após três meses de seu lançamento, já são contabilizados 3 mil inscritos em todo o País, sendo 313 de Minas Gerais. É importante ressaltar também que, neste curto período, desde o lançamento do Projeto, a Psicologia teve um número maior de inserções na mídia do que nos últimos cinco anos.

O Banco avança e já apresenta resultados concretos, tendo sido realizados contatos com os Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Justiça, com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e com a Câmara Federal. Foram firmados quatro convênios de cooperação técnica, com amplo alcance social, voltados para cinco projetos: (1) atuação no projeto "De Volta pra Casa", do Ministério da Saúde, que tem como objetivo a desospitalização de pacientes psiquiátricos; (2) formação de operadores em Direitos Humanos em Conselhos Municipais de controle social sobre políticas públicas; (3) desenvolvimento de programa para atendimento ao trabalhador em situação de desemprego; (4) colaboração com a implementação de medidas sócio-educativas em meio aberto para adolescentes em conflitos com a lei e (5) participação na campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", com a avaliação da programa-

ção dos meios de comunicação.

A equipe nacional de coordenação do Banco encontra-se centralizada em São Paulo e tem a função de buscar parcerias, negociar projetos com os órgãos públicos parceiros e dialogar com os profissionais na oferta de possibilidades de atuação, definindo as diretrizes gerais para cada projeto, em suas dimensões conceituais e técnicas. Assim, pretende-se garantir que as intervenções daqueles que trabalharão em um mesmo projeto, em diferentes regiões do País, sejam pautadas em princípios, conceitos e técnicas convergentes.

Como participar

Os psicólogos credenciados já se encontram em fase de escolha do projeto no qual preferem se engajar. A efetiva implantação de cada projeto vai depender de que haja um número suficiente de psicólogos para compor um grupo de trabalho na mesma cidade, onde deverá haver também órgãos públicos interessados em sua implantação. Caso essas condições não venham a ser contempladas, o psicólogo poderá optar por se inserir no projeto "Formação de Operadores em Direitos Humanos para atuar em Conselhos Municipais de controle social das políticas públicas", que será oferecido através da internet.

O Banco Social de Serviços em Psicologia tem objetivos claros, pretende ter um impacto nos diferentes campos em que deverá atuar e terá um tempo delimitado de duração. O que se pretende é realizar intervenções que possam demonstrar a importância da contribuição da Psicologia nas áreas de conhecimento de cada projeto. Em sua última etapa, será editado um livro, em parceria com os setores governamen-

tais que firmaram convênio de cooperação técnica com o Banco, que trará o relato das experiências e propostas que certamente contribuirão para o aprimoramento das políticas públicas de cada uma das áreas em questão.

Se você ainda não se cadastrou, saiba que o cadastramento pode ser feito por qualquer psicólogo que queira acompanhar e receber informações sobre o Banco. Para maiores informações, acesse o site www.pol.org.br.

Próximos da sociedade

"Esses projetos estão na mesma direção para onde a Psicologia no Brasil está caminhando: a transformação social e a democratização dos serviços em Psicologia", afirma o coordenador geral do Banco Social, Marcos Ferreira. "A proposta do Banco é de que os conhecimentos da Psicologia sejam utilizados na construção de políticas públicas, em áreas consideradas críticas e divulgados para a sociedade, fortalecendo o seu compromisso social", completa Daisy Xavier, conselheira do CRP-04 e coordenadora da implantação dos Projetos no Estado de Minas Gerais e Espírito Santo.

Implantação em Minas

Minas Gerais está iniciando a operacionalização dos Projetos, conforme explica a conselheira Daisy Xavier. A equipe regional de coordenação do Banco encontra-se em processo de formação e os contatos com os órgãos públicos locais já estão sendo realizados. O lançamento dos projetos em Belo Horizonte está previsto para este mês e contará com a participação da Coordenação Nacional, consultores dos projetos, autoridades e psicólogos que depositaram horas no Banco.

JP
14

Outubro a
Dezembro de 2003

O que motivou psicólogos a se inscreverem no Banco Social de Serviços em Psicologia e a desenvolverem um trabalho voluntário? Para responder a esta pergunta e saber de suas expectativas, ouvimos os depoimentos de psicólogos que atuam em Minas Gerais.

Porque sou
voluntário(a)

"A minha motivação para atuar na área social sempre existiu e é anterior à formação do Banco Social de Serviços em Psicologia, que veio muito a calhar. Sempre acreditei que é necessário a população se organizar e achei ótimo quando lançaram o Banco. No meu entendimento, todos nós temos uma visão do panorama social e a noção do que devemos e podemos fazer, mas não conseguimos nos organizar para transformar isso em ação concreta. O Banco Social vem cumprir esse papel e é, na minha avaliação, uma das melhores coisas que aconteceram, um grande passo. Nós, da área da Psicologia, às vezes, somos acusados de "descentrados", de termos idéias magníficas, mas de não sabermos operá-las. Existem muitas pessoas já trabalhando, mas de forma aleatória, e os resultados nem sempre são visíveis. Concentrando no Banco Social, começaremos a dar corpo àquelas ações e não ficaremos mais apenas no campo das imagens e das idéias. Quando estiver funcionando, vamos ter a noção do quanto está sendo bom e da grandiosidade deste projeto".

Edílson Januário - área de atuação: Social

"Eu já tenho uma certa experiência no voluntariado, em outras áreas, e acredito que o Banco Social de Serviços em Psicologia tem tudo para dar certo, uma vez que a proposta é boa e está bem organizada. Estamos sendo sempre informados sobre o que está acontecendo e aguardo apenas ser chamado para iniciarmos as reuniões. Acredito que a Psicologia tem muito o que contribuir com a sociedade. Há alguns avanços, mas os trabalhos voluntários de psicólogos que existem se dão de forma bem isolada. A gente percebe que este trabalho tem alcance e demanda, mas falta organização. Acredito que com o Conselho Regional de Psicologia caminhando com a gente e sendo uma iniciativa com uma coordenação e um chamamento nacional, o Banco Social vai dar certo. Até porque, as áreas escolhidas têm muito a ver com o problema da violência, a exemplo do "De Volta Pra Casa", os desempregados, os encarcerados, etc. Existem muitos problemas emocionais, o que pode levar a pessoa a entrar por um caminho que não é o certo. Se a gente der um suporte, ela pode superar com mais facilidade suas ansiedades e angústias. Se conseguirmos atingir 1% da população (creio que o alcance será bem maior), já terá valido a pena.

Enéas Ferreira - área de atuação: Clínica

em Psicologia confirma o na transformação social

e recebe adesões em todo o País

Conhecendo cada projeto

De Volta Pra Casa

Um dos primeiros projetos definidos, através de uma parceria com o Ministério da Saúde, que lançou recentemente o programa "De Volta Pra Casa", tem como principal objetivo trabalhar para a "desinstitucionalização" e reintegração social de pacientes com sofrimento psíquico grave, com histórico de internação em hospital psiquiátrico por um longo período e em processo de alta. As intervenções do psicólogo podem ser individualizadas (na residência terapêutica, no hospital psiquiátrico ou na casa do paciente), visando sempre a reinserção social do paciente. As intervenções deverão propiciar novos espaços de trocas sociais, numa tentativa de construção de uma rede de apoio ao portador de sofrimento psíquico.

Desempregados

O Programa de Apoio aos Desempregados, que enfrentam o desemprego e o sofrimento emocional,

em função de estarem fora do mercado de trabalho, foi lançado nacionalmente no dia 15 de novembro. Em parceria com o Sistema Nacional de Empregos do Ministério do Trabalho (SINE), a Psicologia brasileira estará oferecendo horas de trabalho voluntário de profissionais que ajudarão os que hoje sofrem com uma baixa auto-estima decorrente da sua situação de desemprego, o que muitas vezes dificulta ainda mais o seu retorno ao trabalho.

Medidas sócio-educativas em meio aberto para adolescentes em conflito com a lei

Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa foi lançado oficialmente no dia 15 de novembro. O trabalho com adolescentes em conflito com a lei coloca os profissionais diante de uma realidade extremamente grave, não só da vida destas pessoas, mas também das limitações do trabalho social. O psicólogo deverá se inserir

nas equipes que atuam junto ao adolescente, respeitando o trabalho que já está sendo desenvolvido e colaborando com as ações, sempre de forma planejada e integrada.

Formação de operadores em Direitos Humanos em Conselhos Municipais de controle social sobre políticas públicas

Este projeto incentivará a participação dos psicólogos para atuarem nos Conselhos Municipais de controle social, já que eles têm fundamental relevância na administração, planejamento e delineamento de políticas públicas. O debate sobre as políticas, necessariamente, precisa ser embasado em reflexões e princípios pertinentes aos Direitos Humanos. Os psicólogos participantes serão interlocutores nos temas relacionados a esses direitos. Essa formação está sendo pensada no formato de curso à distância, feito através da internet e de teleconferências, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

JP
15
Outubro a
Dezembro de 2003

Dúvidas mais freqüentes sobre o Banco Social

Os protagonistas recebem algum valor em dinheiro, mesmo que pouco, para realizarem o trabalho?

Não. O trabalho dos psicólogos cadastrados será essencialmente voluntário e sem vínculo empregatício com as entidades e com o CRP de sua região.

Posso trabalhar em mais de um projeto?

Sim, desde que tenha horas suficientes para se dedicar a eles. Acreditamos que sejam necessárias no mínimo quatro horas semanais de dedicação para cada projeto.

Posso indicar um projeto para o Banco Social?

Sim. Todavia, os projetos serão selecionados pela Coordenação nacional do Banco, que reúne todos os 15 Conselhos Regionais e o CFP, e deverão ser, necessariamente, desenvolvidos junto aos órgãos públicos. Portanto, projetos individuais não participarão do Banco Social.

Trabalho em uma ONG e estamos precisando de psicólogos. Vocês podem me indicar alguns para atuarem lá?

O Banco Social atua exclusivamente junto a órgãos públicos, em parceria com diferentes Ministérios e órgãos públicos regionais.

Conheço uma pessoa que precisa de psicoterapia, mas não pode pagar. O Banco Social atende estes casos?

Não. O Banco Social é uma iniciativa que pretende dar visibilidade às práticas da Psicologia que oferecem uma importante e necessária contribuição social e não oferecer serviços gratuitos e nem de atendimentos individuais nos consultórios particulares. O Banco atua exclusivamente junto a órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Existe a possibilidade de me contratarem ao fim do trabalho no Banco Social?

Não. O trabalho desenvolvido pelo psicólogo cadastrado no Banco Social não terá nenhum vínculo empregatício por parte da entidade e nem do CRP de sua região. Desta forma, não garante nem promete um contrato ao término do Banco.

Quero participar, mas o CRP da minha região ainda não está organizado junto ao Banco Social. O que pode ser feito?

Para que os psicólogos cadastrados no Banco Social possam trabalhar, é necessário que cada CRP tenha um gerente regional e que este se responsabilize por todas as tarefas delegadas a este cargo. Portanto, não fi-

que parado. Procure outros psicólogos interessados no Banco em sua região e ajude o seu CRP a tomar as medidas necessárias.

Sou estudante e, portanto, ainda não tenho CRP. Posso participar?

Não. É muito importante que, desde a formação, os psicólogos estejam comprometidos com as questões sociais. Porém, para atuar neste momento, é preciso ser profissional de Psicologia registrado em algum dos Conselhos Regionais.

Tenho uma outra profissão, mas gostaria de ajudar. Posso participar do Banco Social?

Não. A proposta do Banco Social de Serviços em Psicologia é compartilhar entre a categoria profissional o comprometimento do psicólogo. Portanto, se você tem outra profissão, mas também tem preocupação com o desenvolvimento social, pode procurar organizações que estejam abertas à sua proposta de ajuda.

Como os projetos serão implantados nas diferentes regiões?

O Banco Social é uma iniciativa de cunho nacional. Assim, psicólogos de diferentes regiões do Brasil têm se cadastrado. Esta-

mos avaliando o interesse desses protagonistas nos diversos projetos, para podermos negociar com os órgãos públicos as cidades onde cada uma dessas intervenções poderá ser realizada. O fato de se escolher um projeto não garante que ele vá ocorrer. Poderá acontecer de não realizarmos o projeto em sua cidade. Nos municípios onde não haja um grupo de psicólogos dispostos a trabalhar no Banco, os protagonistas somente poderão atuar no projeto dos Conselhos de controle social sobre políticas públicas. Oportunamente, a equipe do Banco Social vai lhe informar se o seu é um caso desses. Depois de dizermos a você que na sua cidade o número de psicólogos é insuficiente, você terá duas opções: entrar no projeto dos Conselhos de controle social ou convencer outros colegas da sua cidade a se inscreverem no Banco para entrar no projeto em que você está interessado. Vale mencionar ainda que os projetos ocorrerão apenas nas cidades em que o Conselho Regional de Psicologia tenha condições para operá-los. Assim, se o CRP de sua região não estiver estruturado nesse sentido, você deverá incentivá-lo a criar os recursos necessários para a implantação da intervenção escolhida. O Banco é isso: todos nós cuidamos de tudo.

CNP → V CNP vai abordar a importância dos psicólogos na transformação da sociedade brasileira



Sobre o CNP:

Temas

PROTAGONISMO SOCIAL DA PSICOLOGIA - As Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais:

- ✓ políticas públicas;
- ✓ inclusão social e Direitos Humanos;
- ✓ exercício profissional - formação e exigências de qualificação; campos e espaços de atuação; áreas emergentes.

Etapas

- ✓ eventos preparatórios;
- ✓ pré-congressos*;
- ✓ Congresso Regionais;
- ✓ Congresso Nacional.

* Serão realizados pré-congressos nas cidades de Belo Horizonte, Pouso Alegre, Juiz de Fora, São João Del Rey, Uberaba, Uberlândia, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Montes Claros, Divinópolis e Vitória (ES). O pré-congresso de Belo Horizonte será nos dias 16 e 17 de abril.

Teses

Devem incluir:

- ✓ análise e apontamento da problemática a ser enfrentada ou situação a ser modificada;
- ✓ as diretrizes que estão sendo propostas; é a tese propriamente dita, que explicita a situação desejada a qual os Conselhos devem buscar;
- ✓ os encaminhamentos a serem dados pelos Conselhos Regionais e Federal - sugestões de ações para garantir a situação desejada.

Delegados

Todos os psicólogos podem participar dos eventos preparatórios e pré-congressos. Para ser delegado, o psicólogo deve ser inscrito no Conselho Regional e estar adimplente. Para isso, é necessário participar dos pré-congressos e ser eleito delegado para o Congresso Regional; nesta instância, poderá ser eleito como delegado ao Congresso Nacional.

Calendário Nacional do V CNP

Eventos preparatórios
De setembro de 2003 a março de 2004
Pré-congressos
Até 18 de abril de 2004
Congressos Regionais
Até 16 de maio de 2004
V CNP
17 a 20 de junho de 2004

O Sistema Conselho de Psicologia já desencadeou o processo para a quinta edição do Congresso Nacional da Psicologia (V CNP), que terá sua fase final no período de 17 a 20 de junho de 2004, em Brasília (DF). Compreendido como "da Psicologia" e não de Psicologia, por ser o órgão superior do Sistema Conselho de Psicologia, o Congresso Nacional se reúne de três em três anos, para deliberar sobre as diversas questões referentes à Psicologia, como profissão, em toda a sua amplitude. Determina, ainda, linhas políticas e escolhas, a partir da contribuição de todos os psicólogos participantes.

O V CNP terá como tema *O Protagonismo Social da Psicologia - As Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais*. O tema foi aprovado pela APAF - Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras -, em maio de 2003, em função da constatação de que os psicólogos brasileiros, com um acúmulo de experiências e práticas profissionais nas mais diversas áreas, inclusive de políticas públicas, podem e devem assumir o lugar de protagonistas em determinados setores da sociedade.

Protagonistas da transformação

Por compreenderem a pessoa para além de um paciente, como sujeito de desejos e direitos, os psicólogos estarão tematizando no V CNP o protagonismo da Psicologia no processo de transformação social. "Através dela, mais pessoas podem ter acesso à condição de ator e não apenas de assistente", *metaforiza o conselheiro Milton Bicalho, que representa o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais na comissão organizadora do V CNP. Ele explica que "a Psicologia*

não tem a verdade sobre este ou aquele paciente, mas o que ela visa é trabalhar no sujeito o que lhe é próprio, particular, como agente social". É dessa maneira que a Psicologia busca viabilizar que a maioria das pessoas que historicamente têm estado à margem da sociedade tenha acesso a bens culturais, por exemplo.

O V Congresso Nacional da Psicologia pretende ser um amplo espaço de debates, acima de tudo. Os organizadores acreditam que as urgências e necessidades sociais são muitas, mas ressaltam que também são muitas as possibilidades da Psicologia. "Obviamente, não queremos ser os únicos protagonistas, mas é fundamental o reconhecimento de nosso papel e de nossa importância, na construção de uma sociedade mais justa e solidária", alerta Milton Bicalho e, nesta lógica, ressalta a necessidade de que "os colegas psicólogos participem dos encontros preparatórios, pré-congressos e do V Congresso Regional e Nacional".

Etapas

Essa ampla discussão já foi iniciada, através dos eventos preparatórios, realizados em diversas localidades, com a tarefa de suscitar os debates e levantar questões para as teses. **No CRP-04, os eventos preparatórios ocorrerão de fevereiro a março do ano que vem.**

Após os eventos preparatórios, acontecerão os pré-congressos, instâncias que apreciam e aprovam teses advindas dos eventos preparatórios e pré-congressos. Nesses elegem os delegados e teses ao Congresso Regional e desse ao Congresso Nacional.

O Congresso Regional deverá ser realizado até 16 de maio de 2004, em cada Conse-

lho Regional, e tem a função de apreciar as teses nacionais, além de eleger os delegados para o V CNP. **No CRP-04, o Congresso Regional será nos dias 14, 15 e 16 de maio.**

Importância indiscutível

Ao longo de sua existência, o Congresso Nacional da Psicologia vem desempenhando um papel fundamental na ação dos Conselhos de Psicologia. Em edições anteriores, o Encontro conseguiu mobilizar os profissionais da área, com o intuito de discutir questões de extrema importância, como a diminuição da idade penal e a defesa dos negros, por exemplo. O V CNP, agora, chama a atenção dos psicólogos de todo o País para o fato de que a Psicologia tem participação decisiva na transformação da sociedade brasileira. "A Psicologia está presente em todas as políticas públicas, movimentos sociais, ONG's", explica Milton Bicalho.

Ele também destaca que a maioria das deliberações do Congresso foram executadas, numa prova do compromisso e responsabilidade no encaminhamento das deliberações, por parte dos plenários que fizeram a gestão da autarquia, a partir de 1995. Ressalta, ainda, a imensa contribuição das posturas coletivas dos psicólogos, para o fortalecimento tanto da Psicologia, enquanto ciência e profissão, como do Conselho, enquanto instituição política, com reconhecimento da sociedade e do governo brasileiro. "Enfim, o chamado para V CNP é uma convocação ao trabalho, tanto para os ocupantes da Autarquia, quanto para os profissionais da Psicologia, a partir do seu espaço de trabalho e como cidadãos", arremata Milton Bicalho.

Análise dos CNPs

A fim de melhor subsidiar os psicólogos para as atividades que antecedem o V CNP, o CRP-04 realizou uma análise dos quatro últimos congressos da categoria, considerando os princípios que orientaram as discussões e as principais propostas aprovadas, bem como seus encaminhamentos.

I CNP - 25 a 28/08/1994 - Campos do Jordão (SP)

Denominado "Congresso Nacional Constituinte da Psicologia", deu ênfase à discussão da estrutura, organização, forma de funcionamento, relações internas e externas da Autarquia e democratização das relações dos Conselhos Regionais de Psicologia com o CFP. Teve como principais deliberações:

- ✓ criação de instâncias decisórias, envolvendo a participação de todo o Sistema Conselho, a exemplo do fortalecimento do Fórum Nacional de Entidades da Psicologia;
- ✓ instituição do Congresso Nacional da Psicologia a cada três anos, com o objetivo de traçar as diretrizes políticas para o Sistema Conselho (CFP + CR's) e sendo precedido por pré-congressos regionais;
- ✓ eleições no Sistema, com instituição do voto universal, eleições simultâneas dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal, apresentação de chapas dos Regionais, durante a realização dos Congressos Regionais, bem como das chapas do Federal, durante a realização do Congresso Nacional.

II CNP - 28/08 a 1º/09/1996 - Belo Horizonte (MG)

Enfaticou a formação profissional e o exercício profissional, deliberando sobre os seguintes pontos:

- ✓ política em relação à abertura indiscriminada de cursos de Psicologia;
- ✓ diretrizes para a avaliação psicológica e os parâmetros para a avaliação;
- ✓ diretrizes para uma política do Sistema em relação às práticas alternativas;
- ✓ criação da Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) da Autarquia, enquanto um espaço político e democrático, composto por representantes de todos os Regionais e do Conselho Federal, sendo uma instância deliberativa no âmbito de suas atribuições, abaixo do Congresso Nacional de Psicologia.

III CNP - 24 a 28/06/1998 - Florianópolis (SC)

Enfaticou as interfaces da Psicologia, as políticas públicas e a globalização, sob os seguintes aspectos:

- ✓ colocou para a Autarquia a necessidade de construção de uma Psicologia que considere a cultura local e suas reais necessidades;
- ✓ apontou para o fortalecimento da Autarquia e das entidades da Psicologia, como interlocutoras na construção de uma rede latino-americana de Psicologia;
- ✓ estabeleceu a necessidade de a Autarquia se inserir, de maneira definitiva, na luta pelos Direitos Humanos e cidadania, através da criação das comissões de Direitos Humanos dos Regionais;
- ✓ reafirmou e aprofundou as discussões sobre a necessidade de o Sistema Conselho traçar estratégias de intervenção, no âmbito das políticas públicas, especialmente da saúde e educação, com o objetivo de fortalecer a inserção do psicólogo nesses setores e participar, de maneira mais ativa, de lutas e articulações voltadas para a melhoria dessas políticas.

IV CNP - 21 a 24/06/2001 - Brasília (DF)

Teve como tema "Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais: Construindo o Compromisso Social da Psicologia". Entre os pontos abordados:

- ✓ aprofundou nas discussões do Sistema Conselho, no que tange às diretrizes políticas e ações visando à melhoria da qualificação profissional, ao compromisso social da Psicologia, incluindo toda a articulação do Sistema no campo dos Direitos Humanos e nas políticas públicas, em especial, saúde, idosos, crianças, adolescentes, família, educação, controle social, mulher, segurança pública, reforma psiquiátrica, bem como na relação com a mídia e movimentos sociais;
- ✓ formulou propostas, com o objetivo de dar visibilidade, através de ações políticas que promovam o compromisso social da Psicologia;
- ✓ dar ênfase à construção de políticas voltadas para a formação, com destaque para o fortalecimento da ABEP (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Psicologia), em âmbito nacional e regional.



Outubro a
Dezembro de 2003

site: www.conselhodepsicologiarnmg.org.br

Telefax: (31) 3213-6767 - e-mail: crp04@crp04.org.br

Rua Timbiras, 1532, 6º andar - Lourdes - Cep 30140-061 - Belo Horizonte/MG

Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região

Impresso Especial
7317262201/2003
Cons. Reg. de Psico-
logia - 4ª Região
CORREIOS

INFORMATIVO DA SEÇÃO ESPÍRITO SANTO DE PSICOLOGIA - CRP-04

EDITORIAL

Nos últimos meses foram dados passos importantes e fundamentais em nossa marcha rumo à emancipação e consolidação do CRP-16/Espírito Santo. Após várias negociações e articulações com o CRP-04 e Conselho Federal de Psicologia o sonho está se tornando realidade. A resolução CFP n.º001/04, que cria o Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região, com jurisdição no Estado do Espírito Santo, sede em Vitória, foi aprovado em 06 de janeiro de 2004.

O documento representa, na prática, a certidão de nascimento do novo Conselho. Nele, estão previstos todos os passos e etapas a serem cumpridas até a posse do 1º Plenário, em setembro desse ano. Um dos momentos mais importantes nesse processo foi a Assembléia Geral, que elegeu a Comissão Eleitoral Regional, no dia 16 de fevereiro. O evento contou com a presença do vice-presidente do CRP-04, Paulo dos Prazeres, que participou da posse dos seis psicólogos da Comissão Eleitoral.

A comissão é responsável por coordenar e encaminhar todo o processo eleitoral e tomar providências de ordem administrativa e burocrática. Para isso, estamos realizando periodicamente reuniões de mobilização e discussão política, visando à formação de chapas para a disputa eleitoral. Você, psicólogo, está convidado a participar desse processo e contribuir para a elaboração do programa de trabalho da futura direção do Conselho do Espírito Santo.

Estamos, ainda, envolvidos nos preparativos do V

Congresso Nacional da Psicologia, que será realizado em Brasília, de 17 a 20 de junho. O tema central do V CNP será "Protagonismo Social da Psicologia – As Emergências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais". Dentro dessa temática, iremos discutir as políticas públicas, direitos humanos e inclusão social, além de questões específicas do exercício profissional da Psicologia. O objetivo é construir um programa que possa significar a participação da Psicologia na transformação da sociedade brasileira, além de ampliar nossa inserção social, política e provocar respostas efetivas às necessidades urgentes do Brasil.

No Estado, estão acontecendo eventos preparatórios visando mobilizar a categoria, conforme programação enviada pelos correios. Em 17 de abril realizaremos o nosso pré-congresso, para elaborar e votar as teses que serão levadas ao V Congresso Regional da Psicologia – V COREP, que será realizado em Belo Horizonte, entre os dias 14 e 16 de maio.

O Congresso Nacional de Psicologia é uma conquista democrática e, deve ser comemorada pela categoria. Sua instalação possibilitou do papel do funcionamento e da ação dos Conselhos de Psicologia em direção a uma sociedade democrática e igualitária.

Mantenha-se informado e atualizado sobre a programação. Participe!

SEÇÃO INFORMA

O uso dos testes psicológicos

A sede da seção Espírito Santo, do CRP 04, promoveu entre os meses de dezembro do ano passado e fevereiro de 2004, várias reuniões com a categoria e os técnicos de fiscalização e orientação da Seção-ES. O objetivo foi discutir as novas diretrizes na aplicação de testes para avaliação psicológica. Estiveram presentes nessas reuniões, psicólogos da área clínica, organizacional, educacional e do trânsito.

Nesse período, foram elaborados alguns documentos e enviados aos profissionais das referidas áreas, principalmente os de psicologia do tráfego, que tiveram sua bateria de testes psicológicos reduzida, devido ao parecer favorável do CFP. Apenas um teste de personalidade, o PMK, tinha sido aprovado.

As reuniões possibilitaram a aproximação da categoria com o seu espaço físico e político além de convencê-los de que a avaliação dos testes é uma atitude que visa proteger o profissional e a sociedade daqueles que ignoram as pesquisas científicas e insistem em reproduzir práticas, conceitos e ideologias ultrapassadas.

Fórum de Enfrentamento a Violência Infanto-Juvenil

A visão da Psicologia sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes foi o tema da palestra ministrada pelos gestores Andréa Nascimento e Felipe Rocha, no Fórum de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil de Vitória.

O evento foi realizado no Salão Rosa do CCJN – UFES e contou com a presença de aproximadamente 100 pessoas, entre psicólogos e profissionais da área de Serviço Social, Direito, Medicina, conselheiros tutelares e estudantes.

Após as discussões, os coordenadores ofereceram o espaço da Seção ES para reuniões sobre este e outros temas pertinentes a construção da cidadania e democracia, inclusive na composição da Comissão de Direitos Humanos.

Psicologia e Violência

A Seção-ES, do CRP-04, vem participando ativamente do Fórum Estadual do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

A Psicologia e seus profissionais têm imensa experiência acumulada sobre essa temática e, portanto, a nossa contribuição nessa área é amplamente reconhecida e aceita pela sociedade e autoridades responsáveis.

Nesse sentido, é necessário sensibilizar os responsáveis pelas políticas públicas, da importância do psicólogo nas equipes que atuam no apoio e enfrentamento dessas questões.

No Espírito Santo, apesar da Lei Estadual nº 6658 de abril de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de um psicólogo nos departamentos de polícia judiciária, até o momento não há psicólogos efetivamente contratados para prestar o serviço.

A Seção-ES, no entanto, está mobilizada para exigir o cumprimento da lei. Estão sendo realizados encontros e contatos permanentes com outros conselhos afins, Ministério Público, parlamentares, representantes da Segurança Pública e da Procuradoria Geral do Estado para que o direito de todas as vítimas com seqüelas de violência sexual seja respeitado.

O objetivo não é meramente corporativo, em busca de mercado de trabalho, mas por querer demonstrar que a teoria e a prática acumuladas por esses profissionais deveria estar à serviço da sociedade.

Revista Ciência e Profissão

A partir do aumento significativo da procura pela Revista Ciência e Profissão editada pelo Conselho Federal de Psicologia, gostaríamos de informar que ela está sendo publicada somente on-line. Os psicólogos interessados podem acessar pelo *site* www.pol.org.br.

Estudantes participam do V CNP

Estudantes de Psicologia do Espírito Santo e Minas Gerais poderão participar como observadores do V Congresso Nacional da Psicologia, em junho desse ano, em Brasília. A decisão é do X Plenário e da comissão organizadora do V COREP, que irão oferecer hospedagem e alimentação a seis alunos do curso de Psicologia desde que possuam um CA ou DA.

A Seção Espírito Santo pretende trazer os estudantes para reuniões com a coordenação do evento regional/ES, a fim de fomentar a discussão da representatividade estudantil no V COREP e suas regras para a efetiva participação. Mais informações com os coordenadores dos cursos de Psicologia ou com a coordenadora regional/ES, Andréa Nascimento.

MOVIVE precisa de voluntários

MOVIVE - Movimento Nova Vila Velha, organização não governamental, entidade apartidária, de caráter privado, sem fins lucrativos, precisa de psicólogos para desenvolver trabalho voluntário. A instituição articula a integração e colaboração ativa entre os cidadãos, organizações públicas e privadas para a melhoria da qualidade de vida e cidadania da população. Os contatos podem ser feitos pelo telefone (27) 3229-8822 ou pelo *e-mail* movive@movive.org.br.

AGENDA

Curso de Perito Examinador de Trânsito

Estão abertas as inscrições para a Capacitação de Psicólogo Perito Examinador de Trânsito, conforme exigência da Resol. 08/98 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. A novidade é que as vagas estão abertas também para alunos do 10º período de Psicologia.

Mais informações pelo telefone (27) 9992.1995 com Andréa Nascimento, ou pelo *e-mail*: adeiasn@hotmail.com

Curso de Pós-Graduação em Família

- Data de inscrição: Até 31 de maio/04
- Local: CEAF – Centro de Estudos e Atenção à Família
- Horário: Das 8:00h às 18:00h
- Realização: Centro de Estudos e Atenção à família
- Mais informações: (27) 3200-2400 ou pelo *e-mail*: clinicaorient@uol.com.br

Pré-Congresso do ES V Congresso Nacional de Psicologia

- Data: 17 de abril
- Local: Interação Centro de Ensino – Rua José Teixeira, 565 – Santa Lúcia
- Horário: 08 horas • Informações: (27) 3324-2806